



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026
(Processo Administrativo nº 080/2026)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Município de Conde, por meio do Pregoeiro Municipal, sediado na Praça Altamirando Requião, Centro, Conde – Bahia, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, no Sistema de Registro de Preços, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR LOTE, MODO DE DISPUTA ABERTO, nos termos do art. 17, § 2º c/c art. 82 da Lei nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 057/2023, aplicando-se subsidiariamente as exigências estabelecidas neste Edital.

Local: www.licitanet.com.br

Pregoeiro: Thiago Lima Leite Brito

Início de Recebimento das Propostas, das 08:00 do dia 09/06/2026

Recebimento das Propostas até as 08:30 do 22/06/2026.

Início da sessão de disputa de lances às 09h30 do dia 22/06/2026.

Preferência ME/EPP/equiparadas: SIM / NÃO

ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO - Lei 14.133/21 Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

JUSTIFICATIVA

Para efeito desta licitação, o orçamento estimado em planilha de quantitativos e preços unitários, corresponde ao critério máximo de aceitabilidade dos preços unitários e global, terá caráter sigiloso, buscando uma maior redução dos valores das propostas iniciais das licitantes, resultando, consequentemente, em uma disputa com preços mais vantajosos para a Administração Pública e gerando maior economia ao erário. Logo, os participantes tendem a apresentar preços mais condizentes com a realidade do mercado. A Planilha de quantitativos segue anexa ao Termo de Referência.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a plataforma de Pregão Eletrônico, no endereço www.licitanet.com.br.

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial:

https: www.licitanet.com.br e https://www.conde.ba.gov.br/diario.html (diário oficial).

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preço para futura e eventual aquisição de medicamentos, insumos e materiais médico-hospitalares do componente básico, média e alta complexidade da assistência farmacêutica e curativos especiais e insumos para monitoramento glicêmico para atender as necessidades das diversas unidades da secretaria de saúde do Município de Conde - Bahia.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço por lote**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.



1.3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

1.3.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento municipal para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SESAU

Unidade: 0801 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ação: 2.039 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

Elemento: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Fonte: 15001002 - Recursos não Vinculados de Imposto

Fonte: 1600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Fonte: 16003110 - Transferências Fundo a Fundo do Governo Federal - Bloco de Manutenção

Fonte: 1621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual

Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SESAU

Unidade: 0801 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ação: 2.040 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE

Elemento: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Fonte: 15001002 - Recursos não Vinculados de Imposto

Fonte: 1600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Fonte: 1621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual

2. CREDENCIAMENTO NA PLATAFORMA.

2.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no www.licitanet.com.br, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.2 O cadastro no sistema eletrônico deverá ser feito no sistema eletrônico, no sítio www.licitanet.com.br por meio de certificado digital.

2.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros

2.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema eletrônico www.licitanet.com.br e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

3 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular, por meio do sítio www.licitanet.com.br.

3.2 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

3.3 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.4 Não poderão disputar esta licitação:

3.4.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);



- 3.4.2** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.4.3** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.4.4** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.4.5** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.4.6** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.4.7** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.4.8** agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.4.9** pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 3.4.9.1** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.4.10** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.5** O impedimento de que trata o item 3.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.6** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.4.2 e 3.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.7** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.8** O disposto nos itens 3.4.2 e 3.4.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.9** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 3.10** A vedação de que trata o item 3.4.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.1.1** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de



ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.1.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.1.3 não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.1.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.2 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.3.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.4 A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3.2 ou 5.3.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.5 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.6 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.7 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.8 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.9 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.10 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.11 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do lote.

5.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência

5.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;



5.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5.1 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, observado as disposições da Lei nº 14.133/2021.

5.5.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 124 da Lei nº 14.133/21.

5.6 A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

5.6.1 cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

5.6.2 cotações de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

5.6.3 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

5.6.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.6.5 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.6.6 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6.7 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.6.8 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.6.9 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

6.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.1.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.



6.2.1.2 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.3.1 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.4 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.

6.5 Caso seja atribuído o critério de julgamento de maior desconto, o lance a ser aplicado deverá ser expresso em moeda real, correspondente de maior desconto atribuído na sua proposta, quando for o caso.

6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).

6.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

6.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de dez minutos, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo.

6.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13 Encerrada a fase competitiva, sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.18 O critério de julgamento adotado será o **menor preço por lote**, conforme definido em anexos acompanhados a este Edital.

6.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, e esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.21 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima do melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



6.22 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.23 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.25.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei nº 14.133 de 2021, nesta ordem:

6.25.2 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

6.25.2.1 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.25.2.2 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.25.2.3 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.27 Persistindo o empate, será assegurado preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.27.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.28 empresas brasileiras;

6.29.1 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.30. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.30.1 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

6.30.2 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.30 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração

7.30.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.30.2 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos no processo licitatório.

7.30.3 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02:00 horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada e no caso de diligência do pregoeiro, a Planilha de Composição Analítica dos valores unitários.

7.30.4 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.31 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.32 Da Garantia de Propostas



7.32.1 Será exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento do valor equivalente a 1% (um por cento) do valor da proposta cadastrada pela licitante, a título de garantia de proposta, como requisito de Pré-classificação.

7.32.2 A garantia de proposta poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

7.32.3 Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

Seguro-garantia;

7.32.4 Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

7.32.5 A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

7.32.6 Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

7.32.7 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.32.8 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8 DA FASE DE JULGAMENTO.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para **contratação** neste Edital e em seus anexos, conforme previsão do art. 14 da lei nº14.133/2021, legislação correlata e no item 3.4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

8.3. A Planilha de Custos e Formação de Preços, em caso de solicitação pelo pregoeiro, deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de 02:00 horas, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

8.4. A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

8.5. Serão desclassificadas as propostas mais bem classificadas, nos termos do art. 59, da Lei nº 14.133/2021, que:

8.5.1. contiverem vícios insanáveis;

8.5.2. não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

8.5.3. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

8.5.4. apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

8.5.5. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.5.6. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no item 8.4.5, nos termos do §2º, do artigo 59, da Lei nº 14.133/2021.

8.6. Poderão ser consideradas **inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 50% (cinquenta por cento)** do valor Orçado pela administração, independentemente do regime de execução.



- 8.7.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.8.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar poderá ser convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta
- 8.9.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 8.9.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.9.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.10.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata
- 8.11.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até 02:00 horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.12.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo
- 8.13.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.
- 8.14.** Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
- 8.15.** O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;
- 8.16.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.
- 8.17.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.18.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.19.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.20.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.21.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.22.** Nos itens para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.23.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.



9 DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. Constatada a existência de sanção, após consulta prevista conforme o disposto no item 8.1, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2.1. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do sistema eletrônico, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica.

9.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de até 02:00 horas, sob pena de inabilitação, conforme art. 64, da Lei nº 14.133/2021.

9.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.7.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.8 Habilitação jurídica:

9.8.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.7 No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação pertinente.

9.8.8 No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

9.8.9 Cópia autenticada em cartório do RG e CPF dos sócios;

9.8.10 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;



- b) Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- h) Declaração de cumprimento ao disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e outras que forem necessárias.

9.10 Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
 - b.1. No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, os documentos exigidos acima, limitar-se-ão ao último exercício;
 - b.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
 - b.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social;
- c) Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- c.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);
- c.2. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)
- c.3. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- c.4. Os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69 da Lei n. 14.133/21 uma vez que permitem a comprovação de uma avaliação mais precisa da situação financeira da empresa de forma objetiva, os mesmos foram estabelecidos observando percentuais usualmente adotados no mercado para a avaliação da situação financeira das empresas e não



frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis, com intuito de garantir a continuidade da execução dos serviços, objeto desta licitação.

9.11 Qualificação Técnica:

a) Apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove que a licitante executou ou está executando, de maneira satisfatória e a contento, fornecimentos da natureza e vulto similares com o objeto da presente licitação;

a.1). Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

a.2) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

a.3.) Fotocópia da Carteira de Registro no CRF do Farmacêutico Responsável;

a.4.) Comprovação de vínculo empregatício do Farmacêutico através da cópia da CTPS ou Contrato Particular. (na hipótese do Farmacêutico ser sócio da empresa, não haverá a necessidade de tal documento);

a.5.) Alvará de Funcionamento, com Licença Sanitária para funcionamento fornecido pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria da Saúde Estadual ou Municipal da Sede do Licitante, em vigor

a.6.) Licença especial da ANVISA, para o comércio de Drogas Psicotrópicas (para o lote de medicamentos controlados), em plena validade.

a.7.) Autorização de funcionamento emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (ANVISA/MS), em plena validade;

9.8. Documentações complementares

9.8.1. Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

9.8.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021.

9.8.3. Declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

9.8.4. Declaração de que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;

9.12.4. Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

9.12.5. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

9.12.6. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.12.7. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.12.8. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

9.12.9. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

e

9.12.10. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.12.12. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.



9.13. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.14. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.14.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14.2 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.15. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.16. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.17. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.19. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.20. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.20.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es), cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.21. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#)).

9.22. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de até 02:00 horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2 apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor;

10.1.3 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.



10.4 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12, inciso II da Lei nº 14.133/21).

10.5 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.21. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.22. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.23. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta

10.24. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10.25. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

11. DOS RECURSOS

11.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo 10(dez) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer em campo próprio do sistema, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias úteis, que começarão a contar da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso, sendo-lhes assegurada vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.
- 11.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.10. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.
- 11.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no sistema eletrônico, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14 DO TERMO DE CONTRATO

- 14.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 14.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 14.1.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.
- 14.1.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- 14.1.3 Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- 14.2 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;



14.2.1 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

14.2.2 A contratada reconhece que as hipóteses de extinção são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 139 da mesma Lei.

14.3 O prazo de vigência da contratação é de 12(doze) meses, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual e no termo de referência.

14.4. A duração dos contratos regidos pelo art. 105, caput, da Lei 14.133, de 2021, pode ultrapassar o exercício financeiro em que celebrados, desde que as despesas a eles referentes sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, permitindo-se, assim, sua inscrição em restos a pagar.

14.5 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços, bem como o disposto no art. 91 § 4º Lei n. 14.133/21.

14.6 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

15. DO REAJUSTE

15.1 As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato, acompanhadas em anexo a este Edital.

16. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

16.1 Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência e no Termo de Contrato, anexos deste edital.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

17.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência e no Termo de Contrato, anexos deste edital.

18. DO PAGAMENTO

18.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência e no Termo de Contrato, anexos deste edital.

19. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

19.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, com dolo ou culpa o licitante/adjudicatário que:

19.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

19.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

19.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

19.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame.

19.1.4.1 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

19.1.5.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

19.1.5.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

19.1.5.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou



- 19.1.5.4** deixar de apresentar amostra;
- 19.1.5.5** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 19.2** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 19.3** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 19.4.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração
- 19.4.1** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 19.4.2** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 19.4.3** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 19.4.4** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 19.4.5** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 19.4.6** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 19.4** Com fulcro na Lei nº14.133 de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 19.4.4** advertência;
- 19.4.5** multa;
- 19.4.6** impedimento de licitar e contratar;
- 19.4.7** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 19.5** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 19.5.4** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 19.5.5** as peculiaridades do caso concreto;
- 19.5.6** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 19.5.7** os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 19.5.8** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 19.6** A sanção prevista na cláusula 19.6.4 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na cláusula 19.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 19.7** A sanção prevista na cláusula 19.1.3, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na cláusula 19, deste edital.
- 19.8** A sanção prevista na cláusula 19.6.6 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas cláusulas 19.1.2, 19.1.3, 19.1.4, 19.1.5, 19.2 e 19.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública do ente Municipal que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 19.9** A sanção prevista na cláusula 19.6.7 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas cláusulas 19.4.2, 19.4.3, 19.4.4, 19.4.5 e 19.4.6, bem como pelas infrações administrativas previstas nas cláusulas 19.1.2, 19.1.3, 19.1.4, 19.1.5, 19.2 e 19.3, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na cláusula 19.10 deste edital, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 19.10** As sanções previstas nas cláusulas 19.5.4, 19.5.5 e 19.5.6, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na cláusula 19.5.5.



19.11 Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

19.12 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19.13 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente as legislações pertinentes.

19.14 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.15 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema eletrônico.

19.16 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

19.17 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

19.18 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

19.19 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

19.20 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

19.21 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública municipal.

20 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.4 Até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, por irregularidade na aplicação da lei 14.133 de 2021.

20.5 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo sítio www.licitanet.com.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Praça Professor Altamirando Requião, nº 27, centro, Conde – Ba.

20.6 A resposta à impugnação será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

20.7 Acolhida a impugnação, e esta impactar na reformulação da proposta, será definida e publicada nova data para a realização do certame, conforme art. 55, §1º, da Lei nº 14.133/21.

20.8 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, exclusivamente pelo endereço eletrônico pelo sítio www.licitanet.com.br.

20.9 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: sistema eletrônico do pregão pelo sítio www.licitanet.com.br e-mail cpl.condebahia@gmail.com.



- 20.10** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 20.11** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 20.12** A resposta ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo o Pregoeiro requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.
- 20.13** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 20.13.4** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação, se houver impacto na formulação de propostas.

21 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 21.4** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 21.5** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 21.6** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 21.7** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 21.8** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 21.9** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 21.10** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 21.11** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 21.12** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado os princípios da isonomia e do interesse público.
- 21.13** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 21.14** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico www.licitanet.com.br e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço na Praça Professor Altamirando Requião, nº 27, centro, Conde – Ba, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 21.15** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 22.15.1** ANEXO I - Termo de Referência
- 22.15.2** ANEXO II - Modelo de Proposta de Preço
- 22.15.3** ANEXO III- Minuta de Termo de Contrato
- 22.15.4** ANEXO IV - Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021).
- 22.15.5** ANEXO V- Modelo de declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021).
- 22.15.6** ANEXO VI- Modelo de declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.



22.15.7 ANEXO VII- Modelo Declaração da licitante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, inciso VI, da Lei 14.133/2021).

22.15.8 ANEXO VIII - Modelo de declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

22.15.9 ANEXO IX – Modelo de declaração de Inidoneidade.

Conde – BA, 08 de junho de 2026.

ÉRICA SANTOS FONTES

Secretária Municipal De Saúde

Decreto Municipal nº 010/2025.

Ordenador de Despesa Decreto Municipal nº 386/2025

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 080/2026
Secretaria Municipal de Saúde do Município de Conde – Bahia.

1. OBJETO.

1.1 Registro de preço para futura e eventual aquisição de medicamentos, insumos e materiais médico-hospitalares do componente básico, média e alta complexidade da assistência farmacêutica e curativos especiais e insumos para monitoramento glicêmico para atender as necessidades das diversas unidades da secretaria de saúde do Município de Conde - Bahia.

1.2 Natureza da Contratação.

Para fins de enquadramento legal e processual, o objeto desta contratação possui natureza de bens comuns, nos termos do artigo 6º, inciso XLI, da Lei Federal nº 14.133/2021. Tal classificação justifica-se pelo fato de que os medicamentos, insumos glicêmicos, curativos e materiais médico-hospitalares pretendidos possuem padrões de desempenho, qualidade e especificações técnicas perfeitamente consagrados no mercado e passíveis de definição objetiva pelo edital, por meio de especificações usuais de comércio, marcas de referência registradas na ANVISA e compêndios oficiais da Farmacopeia Brasileira. Trata-se, ademais, de contratação de bens de consumo, cuja execução dar-se-á de forma parcelada para atender à manutenção contínua e ininterrupta dos serviços finalísticos de saúde pública do município.

1.3 Quantitativos e Especificações dos itens

LOTE 01 - FARMÁCIA BÁSICA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO FORNECIMENTO	UND	QTD	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Acarbose 50mg	cpr	20000		
2	Aciclovir 200mg	cpr	20000		
3	Aciclovir 400mg	cpr	10000		
4	Ácido acetilsalicílico 100mg infantil	cpr	400000		
5	Ácido acetilsalicílico 500mg	cpr	40000		
6	Ácido fólico 5 mg	cpr	240000		
7	Albendazol 400mg	cpr	20000		
8	Alendronato de sódio 70mg	cpr	10000		
9	Amiodarona 200mg	cpr	80000		
10	Amoxicilina (500) + ac.clavulânico (125)	cpr	20000		
11	Amoxicilina 500mg	cpr	120000		
12	Anlodipino 2,5mg	cpr	40000		
13	Anlodipino 5mg	cpr	240000		
14	Anlodipino 10mg	cpr	160000		
15	Atenolol 100mg	cpr	100000		
16	Atenolol 50mg	cpr	160000		
17	Azitromicina 500mg	cpr	80000		



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE

CONDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

RUA ALTAMIRANDO REQUIÃO, Nº27 - CENTRO - CONDE-BA

EMAIL: adm.prefeituraconde2025@gmail.com CNPJ: 14.126.692/0001-23

18	Captopril 25mg	cpr	240000		
19	Captopril 50mg	cpr	120000		
20	Cálcio 500mg+vit. D 400ui	cpr	80000		
21	Carbonato de cálcio 1250mg	cpr	80000		
22	Carvedilol 25mg	cpr	30000		
23	Carvedilol 12,5mg	cpr	30000		
24	Carvedilol 3,125mg	cpr	30000		
25	Carvedilol 6,25mg	cpr	30000		
26	Cefadroxila 500mg	cpr	6000		
27	Cefalexina 500mg	cpr	80000		
28	Cetoconazol 200mg	cpr	20000		
29	Ciprofloxacino 500mg	cpr	80000		
30	Clindamicina 300mg	cpr	6000		
31	Clonidina 0,100mg	cpr	12000		
32	Clonidina 0,200mg	cpr	12000		
33	Clopidogrel bissulfato 75mg	cpr	18000		
34	Complexo B (polivitaminico)	cpr	120000		
35	Dexametasona 4mg	cpr	60000		
36	Dexclorfeniramina (maleato) 2mg	cpr	60000		
37	Diclofenaco Sódio 50MG	cpr	100000		
38	Diclofenaco Potássio 50MG	cpr	100000		
39	Digoxina 0,25mg	cpr	30000		
40	Dipirona 1gr	cpr	40000		
41	Dipirona 500mg	cpr	400000		
42	Domperidona 10mg	cpr	6000		
43	Enalapril 20mg	cpr	400000		
44	Enalapril 5mg	cpr	80000		
45	Enalapril 10mg	cpr	200000		
46	Espiro lactona 100mg	cpr	40000		
47	Espiro lactona 25mg	cpr	60000		
48	Espiro lactona 50mg	cpr	60000		
49	Fenofibrato 250mg	cpr	5000		
50	Fluconazol 150mg	cpr	20000		
51	Furosemida 40mg	cpr	160000		
52	Glibenclamida 5mg	cpr	400000		
53	Gliclazida 30mg — liberação prolongada	cpr	400000		
54	Gliclazida 60mg — liberação prolongada	cpr	200000		
55	Hidralazina 50mg	cpr	40000		
56	Hidroclorotiazida 25mg	cpr	400000		
57	Ibuprofeno 300mg	cpr	60000		
58	Ibuprofeno 600mg	cpr	200000		
59	Isossorbida 10mg	cpr	30000		
60	Isossorbida 5mg SL	cpr	30000		



61	Ivermectina 6mg	cpr	30000		
62	Levodopa + Carbidopa 200 + 50 mg	cpr	18000		
63	Levodopa + Carbidopa 250 + 25 mg	cpr	18000		
64	Levodopa + benserazida 100 + 25 mg	cpr	18000		
65	Levodopa + benserazida 200 +50 mg	cpr	18000		
66	Levonorgestrel 0,15mg + etinilestradiol	cpr	6000		
67	Loratadina 10mg	cpr	60000		
68	Losartana 25mg	cpr	60000		
69	Losartana potássica 50mg	cpr	600000		
70	Levotiroxina sódica 25mcg	cpr	30000		
71	Levotiroxina sódica 50mcg	cpr	30000		
72	Levotiroxina sódica 100mcg	cpr	30000		
73	Levotiroxina sódica 75mcg	cpr	30000		
74	Mebendazol 100mg	cpr	24000		
75	Metformina 500mg	cpr	60000		
76	Metformina 850mg	cpr	500000		
77	Metildopa 250mg	cpr	50000		
78	Metildopa 500mg	cpr	20000		
79	Metoprolol (succinato) 100mg	cpr	24000		
80	Metoprolol (succinato) 25mg	cpr	24000		
81	Metoprolol (succinato) 50mg	cpr	24000		
82	Metronidazol 250mg	cpr	30000		
83	Nifedipino retard 20mg	cpr	6000		
84	Nimesulida 100mg	cpr	80000		
85	Omeprazol 20mg	cpr	240000		
86	Paracetamol 500mg	cpr	160000		
87	Permanganato de potássio 100mg	cpr	1800		
88	Prednisona 20mg	cpr	40000		
89	Prednisona 5mg	cpr	40000		
90	Prometazina 25mg	cpr	120000		
91	Propranolol 40mg	cpr	160000		
92	Propranolol 80mg	cx	2000		
93	Simeticona 40mg	cpr	20000		
94	Sinvastatina 20mg	cpr	240000		
95	Sinvastatina 40 mg	cpr	80000		
96	Sulf. Ferroso 40mg	cpr	160000		
97	Sulfa+ trimetoprima 400mg+80mg	cpr	40000		
98	Tiamina 300mg	cpr	24000		
99	Varfarina 5mg	cpr	24000		
TOTAL					R\$

LOTE 02 - SOLUÇÕES E CREMES

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO FORNECIMENTO	UND	QTD	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
------	-------------------------------	-----	-----	----------------------	----------------------



1	Acido fólico 0,2mg/ml	frs	2000		
2	Acido graxos essenciais, vit a, e vit e ele. 200 ml (óleo de girassol)	frs	1000		
3	Albendazol 40mg/ml	frs	6000		
4	Ambroxol xarope adulto	frs	2400		
5	Ambroxol xarope pediátrico	frs	2400		
6	Amoxicilina +ac.clavulânico 250mg/62mg/75 ml	frs	1000		
7	Amoxicilina 250 mg /60 ml	frs	6000		
8	Azitromicina 600mg 15ml susp	frs	1000		
9	Beclometasona 250 mcg/dose spray	frs	200		
10	Beclometasona 50 mcg/dose spray	frs	200		
11	Benzoato de benzila 60 ml	frs	600		
12	Bimatoprosta 0,01% 5ml	frs	30		
13	Bimatoprosta 0,03% + maleato de timolol 0,5% 5ml	frs	200		
14	Brinzolamida 10mg/ml +maleato timolol 6,8mg/ml 5ml	frs	200		
15	Brometo de fenoterol gotas 20ml	frs	1000		
16	Brometo de ipratropio gotas 20ml	frs	1000		
17	Bromoprida 4mg/ml	frs	1000		
18	Carmelose sódica, 0,5%	frs	200		
19	Cefadroxila 50mg/ml pó p/ suspensão	frs	200		
20	Cefalexina 50 mg/ml 100 ml	frs	1000		
21	Cloreto de sódio 0,9% jet kids 360°c 100ml	frs	200		
22	Cloridrato de ciprofloxacino 3,5mg/g + dexametasona 1,0 mg/g pomada oftálmica	cx	200		
23	Cloridrato de dorzolamida 2% + maleato de timolol 0,5mg	frs	200		
24	Colagenase+clorafenicol pomada 30 g	tbs	1000		
25	Complexo b gotas (polivitaminico)	frs	200		
26	Cordia verbenácea dc 5mg/g creme 60 gr	cx	10		
27	Cumarina 5mg + heparina sódica 240ml	cx	50		
28	Curativo constituído de malha de acetato de celulose impregnada com uma emulsão à base de petrolato 7,6x7,6cm	und	800		
29	Dexametasona 0,1% creme	tbs	6000		
30	Dexametasona colírio 0,1% 5ml	frs	200		
31	Dexclorfeniramina (maleato) 0,4 mg/l100 ml	frs	5000		
32	Diclofenaco resinato gotas	frs	2000		
33	Dipirona 500 mg/ml 10 ml	frs	8000		
34	Domperidona suspensão oral 1mg/ ml 100 ml	frs	200		
35	Ebastina 1 mg /ml 60ml	frs	200		
36	Fluticasone furoato , microgramas 27.5 / spray	frs	200		
37	Fumarato de formoterol di-hidratado + budesonida 12 / 400mcg refil com 60 caps	cx	200		



38	Fumarato de formoterol diidratado/ budesonida 6/200 mcg refil com 60 caps	cx	200		
39	Hialuronato de sódio 0,15% - agente lubrificante e hidratante, cloreto de sódio 0,57% - agente hipo-osmótico, actinoquinol 0,2% - agente que actua como filtro uv, colírio	frs	200		
40	Hidro. Magn.40 mg/ml+ hidro. Alumínio 60 mg	frs	1000		
41	Ibuprofeno 50mg/ml	frs	6000		
42	Insulina nph	frs	2000		
43	Insulina regular	frs	2000		
44	Latanoprost colírio 2,5ml	frs	100		
45	Lidocaina 5% cx c/ 30 emplastro	cx	200		
46	Lidocaina geléia 30 g	tbo	2000		
47	Lisado ácido de timo de vitelo (equivalente a 20 mg do princípio ativo de timomodulina) 1 g excipientes: ácido cítrico monoidratado, aroma de caramelo, benzoato de sódio, corante caramelo, sorbitol e água purificada. Xarope	frs	100		
48	Loratadina susp oral 1mg/ml	frs	6000		
49	Maleato de timolol 5ml + travoprost 2,5ml 2,5 ml colírio	frs	200		
50	Mebendazol 100mg/5ml	frs	2000		
51	Medroxiprogesterona 150mg/ml	amp	400		
52	Metoclopramida 4 mg /ml sol.oral	frs	200		
53	Metronidazol 0,75% gel facial	tbs	200		
54	Metronidazol creme vaginal 5% c/5 gr	tbs	2000		
55	Miconazol 2% creme topico	tbs	1200		
56	Miconazol 2% creme vaginal	tbs	2000		
57	Moxifloxacino 0,5% c/ 5 ml	fr	100		
58	Neomicina + bacitracina 15 g	tbs	2000		
59	Nistatina + oxido de zinco	tbs	600		
60	Nistatina creme vaginal 100.000ui 60gr	tbs	6000		
61	Nistatina solução oral	frs	1000		
62	Noretisterona 50 mg/ml	amp	2400		
63	Óleo mineral 100 ml	frs	1000		
64	Paracetamol 200 mg/ml gts 15 ml	frs	10000		
65	Pasta d'água pote 100 gr	frs	1000		
66	Penicilina benzatina 5.000.00ui	amp	1000		
67	Penicilina benzatina 1.200.00ui	amp	5000		
68	Penicilina benzatina 600.00ui	amp	5000		
69	Penicilina benzatina procaina 300.000 + potássica 100.000ui + diluente	amp	2000		
70	Permetrina 1% loção	frs	1000		
71	Pivalato de fluocortolona 1mg/g + cloridrato de lidocaina 20mg /g creme retal c/ 30 g + 1 cânula	und	100		



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE

CONDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

RUA ALTAMIRANDO REQUIÃO, Nº27 - CENTRO - CONDE-BA

EMAIL: adm.prefeituraconde2025@gmail.com CNPJ: 14.126.692/0001-23

72	Polissulfato de mucopolissacarídeo 5mg/g c/40g supositório	und	100		
73	Prednisolona, fosfato sódico de oral 1,34mg/ml	frs	1000		
74	Promestrieno 30 gr creme vaginal	und	100		
75	Sais para reidratação oral	saches	8000		
76	Senna alexandrina miller 5,8mg/g + cassia fistula 3,9/g 130g	und	100		
77	Sulf.ferroso 25mg/ml xarope c/100 ml	frs	1000		
78	Sulfadiazina de prata 30gr	bisnaga	2000		
79	Sulfadiazina de prata 400gr	frs	500		
80	Sulfametoxazol(200) +trimetropima(40) 100 ml	frs	2000		
81	Tartarato de brimonidina 0,2%	frs	200		
82	Tartarato de brimonidina 0,2%, timolol 0,5% (comb) colírio 5ml	frs	200		
83	Tiabendazol 5% creme dermatológico	frs	200		
84	Timolol (maleato) 0,5% 5ml	frs	200		
85	Travoprost 0,04 mg 2,5 ml sol.oft.	frs	200		
86	Valerato de betametasona + sulfato de gentamicina + tolnaftato + clioquinol. Creme	tbs	200		
TOTAL					R\$

LOTE 03 - MEDICAMENTOS CONTROLADOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO FORNECIMENTO	UND	QTD	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Acido valproico 250 mg/5 ml 100 ml	frs	2400		
2	Acido valproico 500 mg	cpr	40000		
3	Alprazolam 2mg c/30	cpr	6000		
4	Amitriptilina 25 mg	cpr	120000		
5	Biperideno 2 mg	cpr	60000		
6	Carbamazepina 200 mg	cpr	120000		
7	Carbamazepina 20mg/ml 100 ml	frs	1800		
8	Carbonato de lítio 300 mg	cpr	30000		
9	Carbonato de lítio 450mg	cpr	10000		
10	Citalopran 10 mg	cpr	10000		
11	Citrato de fentanila 0,0785mg/ml 10 ml	amp	2000		
12	Clomipramina 25 mg	cpr	40000		
13	Clonazepan 0,5 mg	cpr	24000		
14	Clonazepan 2 mg	cpr	60000		
15	Clonazepan 2,5 mg/ml 20 ml	frs	2000		
16	Cloridrato de bupropiona 150mg	cpr	18000		
17	Cloridrato de cetamina 50 mg/ 02mi	amp	1000		
18	Cloridrato de cetamina 50 mg/ 10mi	amp	1000		
19	Cloridrato de paroxetina 20mg	cpr	24000		
20	Cloridrato de petidina 50mg/ml	amp	600		
21	Cloridrato trazodona 150mg	cpr	12000		
22	Clorpromazina 25mg	cpr	18000		



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE

CONDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

RUA ALTAMIRANDO REQUIÃO, Nº27 - CENTRO - CONDE-BA

EMAIL: adm.prefeituraconde2025@gmail.com CNPJ: 14.126.692/0001-23

23	Clorpromazina 100mg	cpr	90000		
24	Clorpromazina 5 mg/5 ml	amp	2000		
25	Clorpromazina solução oral 40 mg/ml	frs	1000		
26	Diazepan 10 mg	cpr	120000		
27	Diazepan 10 mg /2ml	amp	2000		
28	Diazepan 5 mg	cpr	120000		
29	Divalproato de sódio 500 mg	cpr	18000		
30	Duloxetina 60mg	cpr	6000		
31	Fenitoina 100 mg	cpr	80000		
32	Fenitoina 50 mg/ml 5 ml	amp	2000		
33	Fenobarbital 200mg/ml	amp	2000		
34	Fenobarbital 40 mg/ml	frs	1000		
35	Fenobarbital 100 mg	cpr	60000		
36	Fluoxetina 20 mg	cpr	160000		
37	Gabapetina 300mg	cpr	12000		
38	Haloperidol 1 mg	cpr	40000		
39	Haloperidol 5 mg	cpr	80000		
40	Haloperidol 5 mg/1 ml	amp	2000		
41	Haloperidol c/ decanoato 70,52 mg	amp	4000		
42	Hemifumarato de quetiapina 200mg	cpr	12000		
43	Hemifumarato de quetiapina 25mg	cpr	12000		
44	Hemifumarato de quetiapina 50mg	cpr	12000		
45	Hemitartarato de Zolpidem 10mg	cpr	6000		
46	Lamotrigina 100mg	cpr	6000		
47	Lamotrigina 50mg	cpr	6000		
48	Levetiracetam 100mg/ml	frs	1000		
49	Levetiracetam 500mg	cpr	12000		
50	Levocetirizina 5mg	cpr	3000		
51	Levomepromazina 25 mg	cpr	6000		
52	Levomepromazina 100mg	cpr	12000		
53	Midazolam 2 mg/ml 10 ml	amp	500		
54	Morfina (sulfato) 10mg/mi	amp	2000		
55	Morfina (sulfato) 30 mg	cpr	12000		
56	Nitrazepan 5 mg	cpr	3000		
57	Nortriptilina 25 mg	cpr	60000		
58	Nortriptilina 50 mg	cpr	60000		
59	Olanzapina 10mg	cpr	6000		
60	Olanzapina 5mg	cpr	6000		
61	Pregabalina 150mg	cpr	18000		
62	Pregabalina 75mg	cpr	12000		
63	Quetiapina 100 mg	cpr	6000		
64	Risperidona 1 mg	cpr	120000		
65	Risperidona 1mg imi sol. Oral	frs	2000		
66	Risperidona 3 mg	cpr	90000		
67	Sertralina 100mg	cpr	40000		
68	Tioridazina 100mg	cpr	12000		
69	Tioridazina 25mg	cpr	18000		
70	Tioridazina 50 mg	cpr	10000		



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE

CONDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

RUA ALTAMIRANDO REQUIÃO, Nº27 - CENTRO - CONDE-BA

EMAIL: adm.prefeituraconde2025@gmail.com CNPJ: 14.126.692/0001-23

71	Topiramato 100mg	cpr	12000		
72	Topiramato 25mg	cpr	12000		
73	Topiramato 50 mg	cpr	12000		
74	Tramadol 50 mg	cpr	40000		
75	Tramadol 50mg/ml	amp	1200		
76	Tramadol retard 100mg	cpr	6000		
77	Zuclopentixol 200mg/1ml	amp	500		
TOTAL					R\$

LOTE 04 - MEDICAMENTOS INJETAVEIS - HOSPITAL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO FORNECIMENTO	UND	QTD	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Alteplase (rt-PA) intravenoso 50MG	amp	20		
2	Acido ascórbico 100omg	amp	8000		
3	Acido tranexamico 500 mg	amp	4000		
4	Adenosina 6mg/2ml	amp	2000		
5	Adrenalina (epinefrina) 1000	amp	4000		
6	Água destilada p/ injeção 10 ml	amp	40000		
7	Água destilada p/injeção 05 ml	amp	40000		
8	Aminofilina 24 mg/ml	amp	2000		
9	Ampicilina sódica 01 gr+diluyente	amp	2000		
10	Ampicilina sódica 500 mg+diluyente	amp	2000		
11	Anfotericina b50mg 10ml	amp	500		
12	Atropina 0,25mg	amp	1600		
13	Bicarbonato de sódio 8,4% 10 ml	amp	2000		
14	brometo de rocurnio 10mg/ml	amp	1000		
15	Brometo de Pancurônio 2mg/ml	amp	1000		
16	Cefalotina sódica 1 gr	amp	2000		
17	Cefazolina 1g	amp	1600		
18	Ceftriaxona 1 gr	amp	8000		
19	Ceftriaxona 500 mg	amp	8000		
20	Cetoprofeno 100 mg- im	amp	8000		
21	Cetoprofeno 100mg -iv	amp	4000		
22	Cimetidina 300 mg	amp	4000		
23	Ciprofloxacino 400 mg-200 ml	bol	2000		
24	Clindamicina 300 mg/02 ml	amp	2000		
25	Cloreto de potássio 19,1% -10 ml	amp	2000		
26	Cloreto de sódio 20 %	amp	2000		
27	Cloreto de Suxametonio 100mg, Pó Injetavel	amp	1000		
28	Cloreto de Suxametonio 500mg, Pó Injetavel	amp	1000		
29	Cloridrato de Dobutamina 280mg/20ml	amp	1600		
30	cloridrato de Naloxona 0,4mg/ml	amp	1600		
31	Complexo b- 2 ml	amp	8000		
32	Deslanosideo 0,2mg-2 ml	amp	1600		
33	Dexametasona 2mg/ml	amp	12000		
34	Dexametasona 4mg/ml	amp	8000		
35	Diclofenaco sodico 75 mg/3ml	amp	10000		



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE

CONDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

RUA ALTAMIRANDO REQUIÃO, Nº27 - CENTRO - CONDE-BA

EMAIL: adm.prefeituraconde2025@gmail.com CNPJ: 14.126.692/0001-23

36	Dimenidrinato 3 mg/ml IM	amp	8000		
37	Dimenidrinato 3 mg/ml+cloridrato de piridoxina iv 5 mg/ml	amp	4000		
38	Dipirona 500 mg- 2ml	amp	40000		
39	Enoxaparina 40mg/0,4ml	amp	2000		
40	Etilefrina 10mg/ml	amp	2000		
41	Etomidato 2mg/ml	amp	1600		
42	Flumazenil 0,1mg/ml	amp	2000		
43	Furosemida 10 mg/2ml	amp	4000		
44	Gentamicina 40 mg/1ml	amp	2000		
45	Gentamicina 80 mg/1 ml	amp	2000		
46	Gliconato de cálcio 10 %	amp	2000		
47	Glicose 25% -10 ml	amp	8000		
48	Glicose 50% -10ml	amp	8000		
49	Heparina 5.000ui 0,25mg SC	amp	4000		
50	Hidralazina 20 mg/ml -1 ml	amp	4000		
51	Hidrocortisona 500 mg+diluyente	amp	4000		
52	Hidrocortisona 100 mg+diluyente	amp	4000		
53	Hioscina (butilbrometo de escopolamina)	amp	4000		
54	Hioscina +dipirona composta- 5 ml	amp	10000		
55	Imunoglobulina humana anti d 300mcg	amp	600		
56	Lidocaina 2% -20 ml s/ epinefrina	frs	4000		
57	Metilergometrina 0,2mg/ml-1ml	amp	2000		
58	Metoclopramida 5mg/ml 2ml	amp	4000		
59	Metronidazol 100ml	amp	4000		
60	Ocitocina 5.000 ui/ml	amp	3000		
61	Omeprazol 40 mg+diluyente	amp	4000		
62	Ondasetrona 4mg/2 ml	amp	8000		
63	Oxacilina 500 mg	amp	2000		
64	Penicilina cristalina 5.000 ui+diluyente	amp	2000		
65	Prometazina inj. 50mg/2ml 2ml	amp	4000		
66	Sulfato de magnésio 50%- 10 ml	amp	2000		
67	Terbutalina 0,5mg/ml	amp	2000		
68	Vitamina k(fitomenadiona) 10 mg/ml	amp	2000		
TOTAL					R\$

LOTE 05 - PENSO					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO FORNECIMENTO	UND	QTD	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Abaixador, de língua, espátula em madeira	pct	600		
2	Absorvente desc. Para uso adulto, para incontinência. Com 20 unid	pct	400		
3	Agulha descartável 13x3,3	cpr	800		
4	Agulha descartável 13x4,5	cpr	1200		
5	Agulha descartável 20x5.5	cpr	1200		
6	Agulha descartável 25x7	cpr	1200		
7	Agulha descartável 25x8	cpr	1200		



8	Agulha descartável 30x7	cpr	1200		
9	Agulha descartável 30x8	cpr	1200		
10	Agulha descartável 40x12	cpr	1000		
11	Avental descartável manga longa c/10	pct	4000		
12	Bio kit/drenagem tórax 3.6 mm 2.000ml	pct	40		
13	Bolsa coletora de urina -2.000 ml	und	4000		
14	Bolsa coletora estéril para drenagem de urina	und	4000		
15	Bolsa para colostomia drenável entre 40mm a 80mm	und	2000		
16	Caixa coletora perfuro cortante 13 lt	cpr	3000		
17	Caixa coletora perfuro cortante 20 lt	cpr	1000		
18	Caixa coletora perfuro cortante 3 lt	cpr	3000		
19	Caixa coletora perfuro cortante 7 lt	cpr	5000		
20	Campo fenestrado 45x50	und	200		
21	Cânula endotraqueal n. 3.5 c/ cuff	und	2000		
22	Cânula endotraqueal n. 4.5 c/ cuff	und	2000		
23	Cânula endotraqueal n. 5.0 c/ cuff	und	2000		
24	Cânula endotraqueal n. 5.5 c/ cuff	und	2000		
25	Cânula endotraqueal n. 6.0 c/ cuff	und	1600		
26	Cânula endotraqueal n. 7.5 c/ cuff	und	1600		
27	Cânula endotraqueal n.6.5 c/ cuff	und	1600		
28	Carvão ativado 25g	pct	200		
29	Cat gut cromado n 4-0c /24 c/ ag 2cm	cx	50		
30	Cat gut simples 2-0 c/ 24 c/ ag 3cm	cx	50		
31	Cat gut simples 3-0 c/ 24 c/ ag c/3cm	cx	50		
32	Cat gut simples 5-0 c/ 24 3 cm c/24	cx	50		
33	Cateter intra venoso gelco n. 14	und	4000		
34	Cateter intra venoso gelco n. 16	und	4000		
35	Cateter intra venoso gelco n. 18	und	4000		
36	Cateter intra venoso gelco n. 20	und	4000		
37	Cateter intra venoso gelco n. 22	und	4000		
38	Cateter intra venoso gelco n. 24	und	4000		
39	Cateter nasal oxigênio n 06 siliconizado em pvc	und	3000		
40	Cateter nasal oxigênio n 08 siliconizado em pvc	und	3000		
41	Cateter nasal oxigênio n 10 siliconizado em pvc	und	3000		
42	Cateter nasal oxigênio n 12 siliconizado em pvc	und	3000		
43	Cateter tipo óculos com 100	cx	60		
44	Clamp umbilical	und	4000		
45	Cobertor Térmico de Emergência (Aluminizado)	und	1200		
46	Colar cervical tam g	und	300		
47	Colar cervical tam m	und	300		
48	Colar cervical tam p	und	300		



49	Colchão caixa de ovo	und	60		
50	Coletor universal estéril 80ml	und	2000		
51	Coletor universal não estéril 80ml	und	10000		
52	Compressa cirúrgica 23x25	pct	400		
53	Compressa cirúrgica 45x50	pct	400		
54	Compressa de gases estéril 7,5x7,5 13 fios c/10 und	pct	40000		
55	Compressa de gaze 7.5cm x 7.5cm 13 fios c/500 und	pct	8000		
56	Detector fetal portátil digital com bateria recarregável	und	100		
57	Dreno de penrose, estéril n 02	und	200		
58	Dreno de penrose, estéril n 03	und	200		
59	Eletrodo Descartável para Eletrocardiograma	pct	1000		
60	Equipo macro c/ injetor lateral	und	20000		
61	Equipo macro gotas	und	40000		
62	Equipo micro gotas	und	10000		
63	Equipo micro gotas c/ ejetor lateral	und	5000		
64	Escovinha cervical	pct	400		
65	Esparadrapo 10x4.5m impermeável	rols	1600		
66	Espátula ayres c/100	pct	400		
67	Fio Guia 14mm	un	1000		
68	Fio nylon 1.0 c/ag.cx c/24	cx	100		
69	Fio nylon 2.0 c/ag.cx c/24	cx	100		
70	Fio nylon 3.0 c/ag.cx c/24	cx	100		
71	Fio nylon 4.0 c/ag.cx c/24	cx	100		
72	Fio nylon 5.0 c/ag.cx c/24	cx	100		
73	Fio nylon 6.0 c/ag.cx c/24	cx	100		
74	Fita adesiva crepe 19 mmx50	und	1000		
75	Fita para autoclave	und	1000		
76	Fluxometro de oxigenio com/ valvula reguladora de 0 a 15 lpm	und	100		
77	Fralda descartável geriátrica com barreira antivazamento e gel superabsorvente tam - g	pct	3000		
78	Fralda descartável geriátrica com barreira antivazamento e gel superabsorvente tam - m	pct	2400		
79	Fralda descartável geriátrica com barreira antivazamento e gel superabsorvente tam - p	pct	1600		
80	Fralda descartável geriátrica com barreira antivazamento e gel superabsorvente tam - xg	pct	2000		
81	Fralda descartável pacotão infantil hiper c/52 tamanho xg	pct	800		
82	Fralda descartável pacotão infantil hiper c/60 tamanho g	pct	800		
83	Fralda descartável pacotão infantil hiper c/68 tamanho m	pct	800		
84	Garrote elástico para punção com trava - adulto	und	600		



85	Gel condutor para ultrasson –galão c/ 5 litros	gls	400		
86	Gel p/eletrocardiograma 1litros	lt	200		
87	Gorro descartável pac c/ 100	pct	1000		
88	Imobilizador de cabeça adulto (head block)	und	40		
89	Imobilizador de cabeça infantil (head block)	und	40		
90	Indicador biológico, cx com 10 unid	cx	100		
91	Kit nebulização adulto, taxa de nebulização até 8ml por minuto	und	1000		
92	Kit nebulização infantil, taxa de nebulização de até 10ml por minuto	und	1000		
93	Lamina de bisturi nº 21 cx/ 100	cx	500		
94	Lamina de bisturi nº 15 cx c/ 100	cx	400		
95	Lamina fosca para preventivo cx c/ 50	cx	600		
96	Lençol descartável 70 x 50 cm	rolos	3000		
97	Lençol descartável, pac c/ 10 und elástico	rolos	800		
98	Luva de procedimento tam. G cx c/ 100 pares	cx	7000		
99	Luva de procedimento tam. M cx c/ 100 pares	cx	10000		
100	Luva de procedimento tam. PP cx/100 pares	cx	9000		
101	Luva de procedimento tam.. P cx c/ 100 pares	cx	9000		
102	Luva estéril nº 8.0	par	5000		
103	Luva estéril nº 7.0	par	5000		
104	Luva estéril nº 7.5	par	5000		
105	Mascara descartável cx c/ 50 und elástico	cx	15000		
106	Mascara n95	und	16000		
107	Mascara venturi	und	1200		
108	Oxímetro de dedo portátil	und	500		
109	Papel eletrocardiograma cardiocare 2000 (ekg2.000)	rolos	1000		
110	Papel kraft resistente a alta temperatura 50 metros	rolos	60		
111	pás do desfibrilador adulto	par	100		
112	pás do desfibrilador Infantil	par	100		
113	Prancha curta	und	20		
114	Prancha longa	und	20		
115	Preservativo s/ lubrificante p/ ultrasson cx /144	cx	200		
116	Propé descartável pac c/ 100 und	pct	200		
117	Ressuscitador (ambú) c/ bolsa e reserv. / neo	und	200		
118	Ressuscitador c/ bolsa e reserv. / adulto	und	200		
119	Ressuscitador c/ bolsa e reserv. / infantil	und	200		
120	Seringa desc 20ml, s / agulha	und	80000		
121	Seringa desc 60ml, s / agulha	und	40000		
122	Seringa desc. 3ml, s / agulha	und	100000		
123	Seringa desc. 5ml, s / agulha	und	100000		
124	Seringa desc.10ml, s / agulha	und	100000		
125	Seringa descartável 1 ml c/ag 13 x 4,5	und	80000		



126	Agulha múltipla p/ coleta de sangue 25x7 c/100	cx	400		
127	Agulha múltipla p/ coleta de sangue 25x8 c/100	cx	600		
128	Algodão hidrofílico 250 gr	rolos	4000		
129	Algodão hidrofílico 500 gr	rolos	2000		
130	Algodão ortopédico 15cm	pct	600		
131	Almotolia vazia branca 250 ml	cx	600		
132	Almotolia vazia escura 250 ml	cx	600		
133	Atadura crepom 10cm x 4,5m 13 fios c/12	pct	8000		
134	Atadura crepom 15cm x 4,5m 13 fios c/12	pct	8000		
135	Atadura crepom 20cm x 4,5m 13 fios c/12	pct	8000		
136	Atadura crepom 30cm x 4,5m 13 fios c/12	pct	4000		
137	Atadura gessada 10 cm c/20	cx	1000		
138	Atadura gessada 15 cm c/20	cx	800		
139	Atadura gessada 20 cm c/20	cx	600		
140	Especulo vaginal descartável " m " lubrificado	und	24000		
141	Especulo vaginal descartável " p " lubrificado	und	24000		
142	Especulo vaginal descartável "g" lubrificado	und	24000		
143	Papel grau cirúrgico 10x100cm	rolos	600		
144	Papel grau cirúrgico 12x100cm	rolos	500		
145	Papel grau cirúrgico 15x100cm	rolos	600		
146	Papel grau cirúrgico 17x100cm	rolos	900		
147	Papel grau cirúrgico 20x100cm	rolos	800		
148	Papel grau cirúrgico 25x100cm	rolos	600		
149	Papel grau cirúrgico 30x100cm	rolos	400		
150	Papel grau cirúrgico 35x100cm	rolos	1000		
151	Papel grau cirúrgico 40x100cm	rolos	800		
152	Papel grau cirúrgico 45x100cm	rolos	600		
153	Scalp n ° 25	und	20000		
154	Scalp n ° 27	und	20000		
155	Scalp n° 19	und	20000		
156	Scalp n° 21	und	20000		
157	Scalp n° 23	und	20000		
158	Sonda de aspiração traqueal n. 06	und	800		
159	Sonda de aspiração traqueal n. 08	und	1200		
160	Sonda de aspiração traqueal n. 10	und	1200		
161	Sonda de aspiração traqueal n. 12	und	1000		
162	Sonda de aspiração traqueal n. 14	und	800		
163	Sonda de aspiração traqueal n. 16	und	800		
164	Sonda de aspiração traqueal n.18	und	400		
165	Sonda de foley n. 08 c/ 2 vias	und	1200		
166	Sonda de foley n. 10 c/ 2 vias	und	1200		
167	Sonda de foley n. 12 c/ 2 vias	und	1200		
168	Sonda de foley n. 14 c/ 2 vias	und	1200		
169	Sonda de foley n. 16 c/ 2 vias	und	1200		
170	Sonda de foley n. 18 c/ 2 vias.	und	1200		



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE

CONDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

RUA ALTAMIRANDO REQUIÃO, Nº27 - CENTRO - CONDE-BA

EMAIL: adm.prefeituraconde2025@gmail.com CNPJ: 14.126.692/0001-23

171	Sonda de foley n. 20 c/ 2 vias	und	1200		
172	Sonda enteral n. 06 c/ fio guia	und	200		
173	Sonda enteral n. 08 c/ fio guia	und	200		
174	Sonda enteral n. 10 c/ fio guia	und	200		
175	Sonda enteral n. 12 c/ fio guia	und	200		
176	Sonda nasogastrica longa n. 08	und	1000		
177	Sonda nasogastrica longa n. 12	und	1000		
178	Sonda nasogastrica longa n. 14	und	1000		
179	Sonda nasogastrica longa n. 16	und	1000		
180	Sonda uretral n. 08	und	20000		
181	Sonda uretral n. 10	und	20000		
182	Sonda uretral n. 12	und	40000		
183	Sonda uretral n. 14	und	8000		
184	Sonda uretral n. 16	und	8000		
185	Tensiômetro completo adulto	und	400		
186	Tensiômetro completo obeso	und	80		
187	Termômetro digital p/ temperatura	und	400		
188	Fio Guia 6mm	und	300		
189	Bio kit/drenagem tórax 2,2 mm 2.000ml	pct	40		
190	Fralda descartável pacotão infantil hiper tamanho p	pct	800		
TOTAL					R\$

LOTE 06 - SOROS E SOLUÇÕES

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO FORNECIMENTO	UND	QTD	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Água destilada 5.000 ml	gls	2000		
2	Água oxigenada 1000 ml	lt	2000		
3	Álcool a 70% 1000ml	lt	10000		
4	Álcool a 70% gel 5 litros	gls	500		
5	Álcool a 99% 1000 ml(absoluto)	lt	1000		
6	Álcool iodado 1% 1000 ml	lt	4000		
7	Clorexetina sol. Alcoólica 0,5% 1000 ml	lt	4000		
8	Detergente enzimático 3 enzimas 5000ml	gls	600		
9	Éter 1.000 ml	lt	2000		
10	Glicerina 12% 500 ml	amp	2000		
11	Glutaraldeído 28 dias gl c/ 5.000 ml	gls	500		
12	Hipoclorito 1% gl c/ 5.000	gls	4000		
13	Lugol 2% fr. C/ 1.000ml	lt	500		
14	Povidine alcoólica 1000ml	lt	1000		
15	Povidine degermante 1000ml	lt	1000		
16	Povidine tópico 1000ml	lt	1000		
17	Ringer c/lactato 500ml sist.fechado	amp	10000		
18	Ringer sem / lactato 500ml sist.fechado	amp	10000		
19	Solução de manitol 20% fr.c/250ml sist.fechado	amp	5000		



20	Solução de manitol 20% fr.c/500ml sist.fechado	amp	7000		
21	Soro fisiológico 0,9% 1000ml sist.fechado	amp	40000		
22	Soro fisiológico 0,9% 100ml sist.fechado	amp	20000		
23	Soro fisiológico 0,9% 250ml sist.fechado	amp	40000		
24	Soro fisiológico 0,9% 500ml sist.fechado	amp	60000		
25	Soro glico-fisiológico 1:1 500ml sist.fechado	amp	40000		
26	Soro glicosado 5% 100ml sist.fechado	amp	20000		
27	Soro glicosado 5% 250ml sist.fechado	amp	10000		
28	Soro glicosado 5% 500ml sist.fechado	amp	16000		
29	Vaselina liquida fr.c/1000ml	lt	2000		
TOTAL					R\$

LOTE 07 - INSUMOS PARA DIABETES					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO FORNECIMENTO	UND	QTD	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Aparelho glicemia compatível com as fitas deste lote, item 2.	und	4000		
2	Fita de glicemia capilar c/50 und compatível com o aparelho de glicemia deste lote, item 1.	cx	10000		
3	Lancetas Automatica 23G para glicemia c/100	cx	5500		
4	Seringa 1ml c/a 13x4,5	und	100000		
TOTAL					R\$

1.3.1. Prazo do Contrato e Vigência

1.3.1.2. A Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante manifestação de interesse da Administração e comprovação da manutenção da vantagem econômica, nos termos do Art. 84 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogada por igual período, com renovação dos quantitativos originais registrados.

1.4. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

1.4.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

1.4.2. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

1.4.3. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

1.4.4. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

1.4.5 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

1.4.6 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.



1.4.7 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

1.4.8 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

1.4.9 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 1.4.1.

Dos limites para as adesões

1.4.10 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

1.4.11 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

1.4.12 A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 12.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO.

A fundamentação desta contratação repousa nos resultados e conclusões obtidos no Estudo Técnico Preliminar (ETP) correlato, restando plenamente demonstrado o nexo causal entre a necessidade pública identificada e o objeto ora descrito. O amparo fático para a deflagração deste processo decorre do dever constitucional e legal imposto ao Município de Conde, Bahia, de assegurar o direito fundamental à saúde por meio da manutenção ininterrupta da assistência farmacêutica integral e do suprimento de materiais médico-hospitalares. A aquisição desses medicamentos e insumos constitui medida essencial para garantir a subsistência operacional e a continuidade dos serviços finalísticos prestados pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS), centros de especialidades e demais estruturas da rede municipal, cuja interrupção ou desabastecimento traria prejuízos e riscos irreparáveis à integridade física da população assistida.

Sob o prisma jurídico e normativo, o presente Termo de Referência encontra-se estritamente respaldado nos preceitos da Lei Federal nº 14.133/2021, cujas diretrizes de governança e planejamento foram rigorosamente observadas. A contratação fundamenta-se na busca pela eficiência administrativa e pela economicidade, justificando-se as escolhas estruturais de divisão do objeto em lotes e de execução parcelada. Tais escolhas promovem o amplo aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis, evitam perdas materiais por perecimento ou obsolescência de estoques excessivos e estimulam a competitividade no certame ao atrair fornecedores especializados em cada nicho de mercado (como curativos de tecnologia avançada e insumos de monitoramento glicêmico).

Ademais, a contratação ampara-se no planejamento orçamentário e setorial da Secretaria Municipal de Saúde, estando em perfeita consonância com os objetivos estabelecidos nos instrumentos de planejamento do município e no Plano Municipal de Saúde. Resta demonstrado, portanto, que a modelagem adotada confere à Administração Pública o suporte logístico, técnico e sustentável indispensável para gerir os recursos públicos de forma racional, mitigar riscos sanitários e assegurar um atendimento digno, universal e contínuo a toda a comunidade condense.



3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE.

A presente contratação justifica-se pela imperiosa necessidade de garantir a continuidade, a regularidade e a eficiência das ações de saúde pública no Município de Conde, Bahia, assegurando à população o acesso universal e igualitário à assistência farmacêutica e aos insumos terapêuticos essenciais. A aquisição de medicamentos do componente básico, média e alta complexidade, associada ao fornecimento de materiais médico-hospitalares, curativos especiais e insumos para monitoramento glicêmico, constitui o esteio operacional de toda a rede municipal de saúde. O desabastecimento de tais itens representaria uma grave ruptura na prestação dos serviços finalísticos da Secretaria Municipal de Saúde, gerando riscos imensuráveis à integridade física e à vida dos pacientes assistidos pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS), centros de especialidades e demais unidades de atendimento da rede local.

Ademais, o fornecimento regular de insumos específicos para monitoramento glicêmico e curativos especiais atende diretamente ao cumprimento de políticas públicas voltadas ao manejo de condições crônicas e de alta vulnerabilidade, como o diabetes mellitus e as lesões cutâneas complexas, reduzindo drasticamente o índice de complicações severas e internações hospitalares evitáveis. A assistência farmacêutica integral e o suporte material adequado são ferramentas indispensáveis não apenas para o tratamento imediato de enfermidades, mas também para a prevenção de agravos e para a promoção do bem-estar social. Desse modo, a contratação se mostra plenamente fundamentada no dever constitucional do município de salvaguardar o direito fundamental à saúde, sendo uma medida estritamente necessária para a manutenção das atividades diárias da pasta e para o atendimento digno e contínuo da comunidade condense.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

A solução integrada para o atendimento da demanda consiste no fornecimento parcelado, sob demanda e por lote de medicamentos da assistência farmacêutica (componentes básico, média e alta complexidade), materiais médico-hospitalares, curativos especiais e insumos para monitoramento glicêmico, dimensionados para assegurar o abastecimento contínuo da rede de saúde do Município de Conde - Bahia. A execução da solução compreende um ciclo operacional completo, de responsabilidade exclusiva da contratada, que abrange desde a separação qualificada dos itens na origem, o transporte em veículos adequados e devidamente higienizados, dotados de controle e registro de temperatura para os itens termolábeis, até a entrega física e descarregamento seguro no almoxarifado central da Secretaria Municipal de Saúde ou em local formalmente indicado no ato da requisição.

A completude da solução estende-se para além do fornecimento material, englobando obrigações técnicas e de suporte pós-venda essenciais para a eficiência dos serviços de saúde. Para o lote de insumos de monitoramento glicêmico, a solução obriga a contratada a disponibilizar, sob o regime de comodato gratuito, os aparelhos medidores (glicômetros) em quantidade estritamente compatível e suficiente para atender à demanda de consumo das tiras reagentes adquiridas. A empresa adjudicatária assume a responsabilidade integral pela assistência técnica especializada, calibração periódica e substituição imediata dos aparelhos que apresentarem defeitos ou desgaste natural, garantindo que o monitoramento dos pacientes crônicos não sofra interrupções. Adicionalmente, integra a solução o fornecimento de suporte técnico-científico e capacitação para o corpo técnico do município (enfermeiros, médicos e farmacêuticos), assegurando o manejo correto e a aplicação segura dos curativos especiais de alta tecnologia e dos dispositivos glicêmicos.

Por fim, a solução amarra-se a um rigoroso sistema de garantia de qualidade, rastreabilidade e sustentabilidade ambiental. A contratada fica adstrita ao cumprimento de regras rígidas de vida útil dos produtos no ato da entrega (prazos de validade mínimos), à apresentação de laudos analíticos por lote sempre que exigido e à execução compulsória de logística reversa. Este mecanismo de logística reversa impõe à fornecedora o dever de recolher e promover a destinação final ambientalmente adequada, sem qualquer ônus para a Administração Pública, de todos os medicamentos e insumos que venham a sofrer interdição sanitária ou que tenham sua validade expirada antes do consumo na rede, consolidando uma solução que atende plenamente aos critérios de segurança jurídica, eficiência sanitária e responsabilidade socioambiental.



5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

Para a consecução do objeto e a plena satisfação da necessidade pública identificada, a futura contratação deverá observar um conjunto de requisitos técnicos, operacionais e legais indispensáveis, garantindo que os produtos fornecidos atendam aos padrões de qualidade, segurança e eficácia exigidos pelos órgãos reguladores. No âmbito legal e sanitário, é requisito obrigatório que as empresas licitantes apresentem Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), específica para as atividades de distribuir ou comercializar medicamentos e correlatos, além de todas as licenças sanitárias vigentes emitidas pelos órgãos competentes de sua esfera de atuação oficial. Os produtos cotados devem, impreterivelmente, possuir registro ativo na ANVISA ou, nos casos previstos na legislação, estarem formalmente isentos de registro, devendo tal condição ser comprovada mediante documentação idônea.

No aspecto operacional e logístico, o recebimento dos medicamentos e materiais médico-hospitalares ficará condicionado a rigorosa fiscalização no almoxarifado central da Secretaria Municipal de Saúde ou em local formalmente indicado pela Administração. Os itens deverão ser entregues em suas embalagens originais, lacradas, intactas e que garantam a total proteção contra a luz, umidade e agentes externos, contendo externamente a identificação clara do lote, data de fabricação, prazo de validade e o número do registro na ANVISA. Como requisito crítico de salvaguarda do erário, todos os produtos entregues deverão apresentar um prazo de validade (vida útil) remanescente de, no mínimo, 12 meses, ou corresponder a pelo menos 75% da validade total de fabricação no ato da entrega. Excepcionalmente, poderá ser admitida a entrega de itens com validade inferior, desde que acompanhada de uma carta de compromisso de troca firmada pela contratada, sem ônus para o município, caso o produto não seja consumido antes do vencimento.

Por fim, os requisitos de execução contratual impõem que a entrega dos materiais ocorra de forma parcelada, mediante ordens de fornecimento expedidas formalmente pela Secretaria de Saúde, devendo a contratada cumprir o prazo de entrega estipulado sugerindo-se o limite máximo de 15 dias corridos após o recebimento da respectiva ordem. Para os medicamentos de alta complexidade, insumos de monitoramento glicêmico e curativos especiais, poderá ser exigida a apresentação de laudos analíticos de controle de qualidade emitidos pelo fabricante por ocasião da entrega de cada lote, assegurando a rastreabilidade e a pureza dos materiais que serão diretamente aplicados na população do Município de Conde.

5.5 Assim, os requisitos para Habilitação deverão ser:

5.6.1 Habilitação jurídica:

5.6.1.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

5.6.1.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

5.6.1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

5.6.1.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

5.6.1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

5.6.1.6 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;



5.6.1.7 No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação pertinente.

5.6.1.8 No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

5.6.1.9 Cópia autenticada em cartório do RG e CPF dos sócios;

5.6.1.10 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

5.7 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- h) Declaração de cumprimento ao disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e outras que forem necessárias.
- i) Alvará da Vigilância Sanitária

5.8 Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
 - b.1. No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, os documentos exigidos acima, limitar-se-á ao último exercício;
 - b.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
 - b.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social;
- c) Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$



- c.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);
- c.2. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)
- c.3. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- c.4. Os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69 da Lei n. 14.133/21 uma vez que permitem a comprovação de uma avaliação mais precisa da situação financeira da empresa de forma objetiva, os mesmos foram estabelecidos observando percentuais usualmente adotados no mercado para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis, com intuito de garantir a continuidade da execução dos serviços, objeto desta licitação.

5.9 Qualificação Técnica:

a) Apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove que a licitante executou ou está executando, de maneira satisfatória e a contento, fornecimentos da natureza e vulto similares com o objeto da presente licitação;

a.1). Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

a.2) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

a.3.) Fotocópia da Carteira de Registro no CRF do Farmacêutico Responsável;

a.4.) Comprovação de vínculo empregatício do Farmacêutico através da cópia da CTPS ou Contrato Particular. (na hipótese do Farmacêutico ser sócio da empresa, não haverá a necessidade de tal documento);

a.5.) Alvará de Funcionamento, com Licença Sanitária para funcionamento fornecido pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria da Saúde Estadual ou Municipal da Sede do Licitante, em vigor

a.6.) Licença especial da ANVISA, para o comércio de Drogas Psicotrópicas (para o lote de medicamentos controlados), em plena validade.

a.7.) Autorização de funcionamento emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (ANVISA/MS), em plena validade;

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.

O modelo de execução do objeto define a dinâmica operacional pela qual a contratação produzirá os resultados pretendidos, estabelecendo um fluxo coordenado que resguarda a eficiência e a regularidade do abastecimento desde a assinatura do contrato até o seu encerramento. A execução do contrato dar-se-á de forma estritamente parcelada, sob demanda, sem que a Administração fique obrigada a adquirir a totalidade dos quantitativos estimados. O ciclo de fornecimento será deflagrado mediante a emissão formal de Ordens de Fornecimento (OF) ou documento equivalente por parte da Secretaria Municipal de Saúde de Conde, Bahia, expedidas de acordo com as necessidades epidemiológicas e de consumo das Unidades Básicas de Saúde, centros de especialidades e demais estruturas da rede municipal.

Recebida a Ordem de Fornecimento por canal oficial de comunicação, a contratada terá o prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias corridos para efetuar a entrega integral dos itens solicitados no almoxarifado central do município ou no local expressamente indicado na requisição. **O recebimento dos produtos seguirá rigorosamente o rito legal de duas etapas: o recebimento provisório, realizado no ato da entrega para**



conferência visual de volumes, integridade das embalagens e correspondência com a nota fiscal; e o recebimento definitivo, a ser formalizado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após minuciosa inspeção técnica.

Nesta segunda fase, a equipe técnica da assistência farmacêutica e os fiscais do contrato verificarão o cumprimento dos requisitos críticos, tais como o registro ativo na ANVISA, a correspondência dos lotes, a presença de laudos analíticos e a observância do prazo de validade (vida útil) remanescente mínimo de 12 meses ou 75% da validade total de fabricação.

Ao longo de toda a vigência contratual, a execução do objeto compreenderá também o gerenciamento contínuo das obrigações acessórias indispensáveis à eficácia do contrato. Isso inclui a manutenção do regime de comodato dos aparelhos glicômetros e a prestação de assistência técnica e calibração periódica desses dispositivos diretamente nas unidades demandantes. Da mesma forma, os treinamentos para as equipes de saúde quanto ao uso de curativos especiais e insumos de monitoramento glicêmico deverão ser agendados e executados nas primeiras semanas após o início do contrato, com reciclagens periódicas conforme a necessidade da pasta.

Qualquer desvio de qualidade, quebra de eficácia ou interdição sanitária identificada nos medicamentos ou materiais médico-hospitalares durante a execução importará na imediata notificação da contratada, que deverá acionar o mecanismo de logística reversa para recolhimento e substituição dos lotes afetados no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sem custos para o erário. O encerramento do contrato ocorrerá pelo advento do termo final de sua vigência ou pelo esgotamento das quantidades registradas, condicionado à emissão do termo de recebimento definitivo final e à certidão de regularidade de todas as obrigações e da logística reversa residual, consolidando um ciclo de execução seguro, transparente e focado no interesse público.

7. FORMA DE GESTÃO DO CONTRATO.

O modelo de gestão do contrato estabelece os mecanismos de acompanhamento, controle e fiscalização que serão adotados pela Administração para garantir a perfeita execução do objeto e a conformidade das obrigações assumidas pela contratada. Em estrita observância ao artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, a execução do contrato será acompanhada de forma permanente por representantes formalmente designados pela Secretaria Municipal de Saúde de Conde, Bahia, os quais exercerão as funções de Gestor do Contrato/ATA a Srª Érica Santos Fontes nomeada pela Portaria nº 006/2026 e Fiscal o Sr José Henrique da Silva Santos nomeado pela Portaria nº 006/2026, assegurando a segregação de funções e a eficiência na fiscalização do certame.

Ao Gestor do Contrato competirá a coordenação macro das atividades administrativas, o controle dos saldos contratuais, a instrução de eventuais termos aditivos, a análise de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro e a condução de procedimentos de aplicação de sanções em caso de inadimplemento. Por sua vez, as atribuições de Fiscalização Técnica e Operacional serão desempenhadas por servidores da área de assistência farmacêutica, enfermagem ou administração do almoxarifado central, aos quais competirá o monitoramento diário da execução do objeto. Os fiscais atuarão diretamente no recebimento provisório e definitivo dos medicamentos, curativos especiais e materiais médico-hospitalares, inspecionando rigorosamente a compatibilidade dos lotes, as condições higiênico-sanitárias do transporte, os laudos analíticos de fabricação, as licenças da ANVISA e o cumprimento da cota mínima de validade dos produtos no ato da entrega.

O acompanhamento da execução dar-se-á por meio de registros formais, devendo todas as ocorrências, atrasos na entrega das Ordens de Fornecimento, desvios de qualidade ou recusas de materiais ser anotados em relatório próprio ou sistema informatizado de gestão de contratos. Identificada qualquer desconformidade ou necessidade de substituição de lotes por meio da logística reversa, o fiscal do contrato notificará formalmente a contratada para que adote as medidas corretivas no prazo fixado de 48 (quarenta e oito) horas. Caso as irregularidades persistam ou os prazos de entrega de 15 dias corridos sejam descumpridos sem justificativa aceita, o fiscal encaminhará o relatório circunstanciado ao gestor para abertura de processo administrativo sancionatório, garantindo o direito à ampla defesa e

ao contraditório, mas preservando o interesse público e a integridade da assistência farmacêutica do município até o encerramento do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO.

Os critérios de medição e pagamento estabelecem o procedimento objetivo para a liquidação e o adimplemento das obrigações financeiras decorrentes da execução contratual, pautando-se pelo princípio da estrita vinculação ao instrumento convocatório e pela vedação ao pagamento antecipado, em consonância com as normas de finanças públicas e a Lei Federal nº 14.133/2021.

A medição do objeto para fins de faturamento será realizada de forma estritamente proporcional aos quantitativos de medicamentos, curativos especiais, insumos de monitoramento glicêmico e materiais médico-hospitalares efetivamente entregues e aceitos pela Administração Pública. O ciclo de faturamento iniciará após a formalização do **Recebimento Definitivo** de cada Ordem de Fornecimento, que ocorrerá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a entrega técnica e conferência dos insumos no almoxarifado central. Concluída a inspeção técnica sem ressalvas, a fiscalização do contrato emitirá o competente ateste na Nota Fiscal/Fatura, o qual servirá de base para a abertura do processo de pagamento.

A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal correspondente ao lote ou itens faturados acompanhada dos seguintes documentos de regularidade fiscal e trabalhista, sob pena de retenção do pagamento:

- Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada;
- Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- Relatório técnico ou comprovante de entrega das Ordens de Fornecimento emitidas, devidamente assinado pelos fiscais do contrato.

A Administração poderá aplicar glosas ordinárias ou proporcionais sobre os valores constantes da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela contratada, nas seguintes hipóteses decorrentes de desconformidades na execução do objeto:

- **Glosa por Quantidade ou Avaria:** Dedução imediata do valor correspondente a itens que apresentarem divergência quantitativa para menor em relação à Ordem de Fornecimento emitida, ou que forem entregues com avarias, violação de lacres ou prazos de validade em desacordo com as exigências editalícias, cuja substituição não tenha ocorrido no prazo assinalado;
- **Glosa por Descumprimento de Obrigações Acessórias:** Retenção proporcional de valores caso a contratada deixe de disponibilizar os aparelhos glicômetros em regime de comodato, recuse-se a prestar a assistência técnica/calibração desses dispositivos, ou descumpra o cronograma de capacitação das equipes de saúde municipais previsto neste Termo de Referência;
- **Glosa por Falha na Logística Reversa:** Retenção de valores faturados se houver recusa ou atraso injustificado no recolhimento e descarte adequado de lotes de medicamentos e insumos que venham a sofrer interdição sanitária ou que tenham sua validade expirada nas prateleiras da rede de saúde.

A aplicação da glosa será formalmente comunicada à contratada pelo fiscal do contrato, detalhando as razões técnicas que motivaram o desconto, sendo o valor remanescente (incontroverso) liberado para pagamento regular. O desconto efetuado a título de glosa possui natureza de recomposição do erário por serviços ou bens não prestados



adequadamente, não eximindo a empresa da aplicação de sanções administrativas e multas contratuais acessórias por atraso ou inexecução parcial do ajuste.

O pagamento será efetuado pelo Município de Conde, Bahia, por meio de crédito em conta bancária de titularidade da empresa contratada, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados da data da protocolização do processo de pagamento devidamente instruído com o ateste do recebimento definitivo e as certidões de regularidade vigentes. Caso a Nota Fiscal apresente rasuras, incorreções nas especificações ou nos valores, ou a empresa deixe de apresentar as certidões exigidas, o prazo de pagamento será interrompido, reiniciando-se a contagem somente após a regularização das pendências por parte da contratada, sem que isso gere qualquer direito a reajustes, juros ou ônus adicionais para o erário municipal.

9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

A seleção do fornecedor será conduzida em estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e, sobretudo, da busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública, mediante a realização de licitação pública na modalidade **Pregão, em sua forma eletrônica**, conforme rito estabelecido pela Lei Federal nº 14.133/2021. O critério de julgamento adotado será o de **Menor Preço por Lote**, utilizando o modo de disputa **aberto**, o que estimula a competitividade e garante a obtenção de propostas economicamente vantajosas para o Município de Conde, Bahia.

A opção pelo julgamento por lote justifica-se pela necessidade de agrupar os itens por afinidade mercadológica (medicamentos de atenção básica, média/alta complexidade, materiais médico-hospitalares, curativos especiais e insumos glicêmicos), atraindo empresas com expertise logística e técnica em seus respectivos nichos e garantindo que as obrigações acessórias, como o comodato de glicômetros e os treinamentos específicos, sejam executadas por fornecedores diretamente qualificados pelo mercado.

Como critério de aceitabilidade das propostas, além do alinhamento com os preços de referência estimados pela Administração, as licitantes deverão comprovar a regularidade técnica de seus produtos perante os órgãos reguladores. Será exigida, obrigatoriamente, a apresentação do **registro ativo dos medicamentos, insumos e materiais médico-hospitalares na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)**, ou o respectivo comprovante de isenção, dentro do prazo de validade, sob pena de desclassificação do item ou lote correspondente.

No que tange aos critérios de habilitação, além das certidões de regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista de praxe, as empresas concorrentes deverão atender aos seguintes requisitos de **Qualificação Técnico-Operacional e Técnico-Profissional**, indispensáveis para mitigar riscos na execução contratual de uma pasta sensível como a saúde:

- **Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE):** Apresentação de AFE válida, emitida pela ANVISA, específica para as atividades de distribuir, armazenar e/ou comercializar medicamentos e correlatos, conforme a natureza dos lotes disputados;
- **Atestado de Capacidade Técnica (ACT):** Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a licitante já forneceu de forma satisfatória e com regularidade logística objetos semelhantes ou compatíveis em prazo, quantidade e características com os lotes pretendidos nesta contratação;
- **Certificado de Regularidade Técnica (CRT):** Apresentação do Certificado de Regularidade Técnica da empresa perante o Conselho Regional de Farmácia (CRF) da sua respectiva sede, acompanhado da comprovação de que possui um Farmacêutico Responsável Técnico formalmente vinculado e ativo, garantindo o respaldo científico e o controle sanitário sobre os lotes a serem fornecidos ao município.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.

As estimativas do valor desta contratação foram obtidas por meio de minuciosa pesquisa de preços, utilizando-se de metodologia que priorizou os parâmetros dispostos no artigo 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, de modo a refletir fielmente as condições de mercado para os medicamentos, curativos e materiais médico-hospitalares pretendidos. Contudo, para fins de processamento do certame, a Administração Pública Municipal de Conde, Bahia, optará pelo sigilo do valor estimado da contratação, conforme amparo legal previsto no artigo 24 do mesmo diploma normativo.

A opção pelo orçamento sigiloso justifica-se tecnicamente como uma estratégia de inteligência competitiva e defesa do erário municipal. A ocultação temporária do preço de referência impede que as empresas licitantes utilizem o valor teto da Administração como fator de alinhamento ou balizamento para as suas propostas iniciais e lances subsequentes. Sem o conhecimento prévio do limite máximo que o município se dispõe a pagar, os fornecedores são compelidos a formular suas propostas com base em seus custos reais e em suas margens de lucro efetivas, o que potencializa a disputa na fase de lances, amplia a competitividade e eleva significativamente as chances de obtenção de descontos mais expressivos para a Secretaria Municipal de Saúde.

Dessa forma, o valor estimado da contratação terá caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após a fase de julgamento das propostas, momento em que o pregoeiro divulgará o orçamento estimado para fins de verificação da aceitabilidade dos preços e para dar início à fase de negociação direta com o licitante classificado em primeiro lugar.

Ressalta-se que o sigilo adotado não obsta a verificação da conformidade do processo pelos órgãos de controle, uma vez que o demonstrativo de custos e a pesquisa de preços integral constarão de anexo apartado e restrito no processo administrativo, garantindo-se a plena publicidade diferida e o respeito ao princípio da economicidade e da eficiência administrativa.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SESAU

Unidade: 0801 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ação: 2.039 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

Elemento: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Fonte: 15001002 - Recursos não Vinculados de Imposto

Fonte: 1600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Fonte: 16003110 - Transferências Fundo a Fundo do Governo Federal - Bloco de Manutenção

Fonte: 1621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual

Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SESAU

Unidade: 0801 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ação: 2.040 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE

Elemento: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Fonte: 15001002 - Recursos não Vinculados de Imposto

Fonte: 1600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Fonte: 1621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual



11. DAS OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA.

A CONTRATADA obriga-se a:

A efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância às especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

O objeto deve estar acompanhado, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de (03) três (dias), o produto com avarias ou defeitos;

Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Manter, durante toda a execução do contrato/ata, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

A CONTRATANTE obriga-se a:

Receber provisoriamente o objeto, disponibilizando local, data e horário e demais condições estabelecidas no Edital;

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado; Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;



Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e na forma estabelecidos nesse termo;

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. DA GARANTIA DE PROPOSTA.

Será exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento do valor equivalente a 1% (um por cento) do valor da proposta cadastrada pela licitante, a título de garantia de proposta, como requisito de Pré-classificação.

A garantia de proposta poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
Seguro-garantia;

Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO.

Em atenção às peculiaridades do objeto e à necessidade de resguardar a segurança sanitária, a regularidade logística e a qualidade técnica dos produtos a serem fornecidos, **não será admitida a subcontratação** de nenhuma das parcelas, lotes ou obrigações acessórias integrantes desta contratação, sob qualquer pretexto.

A proibição total da subcontratação justifica-se pela natureza personalíssima (*intuitu personae*) das obrigações contratuais pactuadas, as quais envolvem o manejo, o transporte qualificado e a distribuição de medicamentos e insumos médicos essenciais para a rede pública de saúde do Município de Conde - Bahia. A habilitação técnica e as licenças regulatórias exigidas no certame, tais como a Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) emitida pela ANVISA e o Certificado de Regularidade Técnica (CRT) do Conselho Regional de Farmácia, constituem requisitos subjetivos e intransferíveis, cuja execução deve ser desempenhada de forma direta e exclusiva pela empresa adjudicatária do certame.

Dessa forma, a empresa contratada assumirá a responsabilidade integral e exclusiva pela execução de todas as etapas do objeto, incluindo o transporte qualificado, a entrega técnica no almoxarifado central, o fornecimento em comodato dos aparelhos glicômetros, os treinamentos das equipes municipais e a operacionalização da logística reversa.



O descumprimento desta cláusula, mediante a cessão, transferência ou subcontratação parcial ou total do objeto a terceiros alheios à relação jurídica contratual original, configurará inexecução total do ajuste por culpa da contratada, ensejando a rescisão imediata do contrato por ato unilateral da Administração Pública, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas, multas e demais penalidades legais cabíveis.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS.

O Município de Conde/BA reserva-se no direito de impugnar o fornecimento prestado, se esses não estiverem de acordo com as especificações contidas neste Termo de referência.

Os casos omissos serão resolvidos com base nos dispositivos constantes na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal 057/2023.

Fica eleito o foro da Comarca de Conde/BA como único e competente para dirimir quaisquer demandas do presente contrato, por mais privilegiado que outro possa ser.

Conde – Bahia, 22 de maio de 2026.

José Henrique da Silva Santos
COORDENADOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO,
Decreto Municipal nº 186/2025

Aprovo o presente Termo de Referência, cuja finalidade é subsidiar os interessados de todas as informações necessárias, à participação do certame, estando presentes os elementos necessários à identificação do objeto e todos os critérios para participação de forma clara e concisa.

ÉRICA SANTOS FONTES
Secretária Municipal De Saúde
Decreto nº 010/2025.
Ordenador de Despesa Decreto Municipal nº 386/2025



ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº/2026		
RAZÃO SOCIAL:		
CNPJ:	INSCRIÇÃO ESTADUAL:	
ENDEREÇO:		
TELEFONE:		EMAIL:
BANCO (NOME/Nº)	AGÊNCIA Nº:	CONTA CORRENTE Nº:
VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS:		

LOTE 01 - FARMÁCIA BÁSICA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO FORNECIMENTO	UND	QTD	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Acarbose 50mg	cpr	20000		
2	Aciclovir 200mg	cpr	20000		
3	Aciclovir 400mg	cpr	10000		
4	Ácido acetilsalicílico 100mg infantil	cpr	400000		
5	Ácido acetilsalicílico 500mg	cpr	40000		
6	Ácido fólico 5 mg	cpr	240000		
7	Albendazol 400mg	cpr	20000		
8	Alendronato de sódio 70mg	cpr	10000		
9	Amiodarona 200mg	cpr	80000		
10	Amoxicilina (500) + ac.clavulânico (125)	cpr	20000		
11	Amoxicilina 500mg	cpr	120000		
12	Anlodipino 2,5mg	cpr	40000		
13	Anlodipino 5mg	cpr	240000		
14	Anlodipino 10mg	cpr	160000		
15	Atenolol 100mg	cpr	100000		
16	Atenolol 50mg	cpr	160000		
17	Azitromicina 500mg	cpr	80000		
18	Captopril 25mg	cpr	240000		
19	Captopril 50mg	cpr	120000		
20	Cálcio 500mg+vit. D 400ui	cpr	80000		
21	Carbonato de cálcio 1250mg	cpr	80000		
22	Carvedilol 25mg	cpr	30000		
23	Carvedilol 12,5mg	cpr	30000		



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE

CONDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

RUA ALTAMIRANDO REQUIÃO, Nº27 - CENTRO - CONDE-BA

EMAIL: adm.prefeituraconde2025@gmail.com CNPJ: 14.126.692/0001-23

24	Carvedilol 3,125mg	cpr	30000		
25	Carvedilol 6,25mg	cpr	30000		
26	Cefadroxila 500mg	cpr	6000		
27	Cefalexina 500mg	cpr	80000		
28	Cetoconazol 200mg	cpr	20000		
29	Ciprofloxacino 500mg	cpr	80000		
30	Clindamicina 300mg	cpr	6000		
31	Clonidina 0,100mg	cpr	12000		
32	Clonidina 0,200mg	cpr	12000		
33	Clopidogrel bissulfato 75mg	cpr	18000		
34	Complexo B (polivitaminico)	cpr	120000		
35	Dexametasona 4mg	cpr	60000		
36	Dexclorfeniramina (maleato) 2mg	cpr	60000		
37	Diclofenaco Sódio 50MG	cpr	100000		
38	Diclofenaco Potássio 50MG	cpr	100000		
39	Digoxina 0,25mg	cpr	30000		
40	Dipirona 1gr	cpr	40000		
41	Dipirona 500mg	cpr	400000		
42	Domperidona 10mg	cpr	6000		
43	Enalapril 20mg	cpr	400000		
44	Enalapril 5mg	cpr	80000		
45	Enalapril 10mg	cpr	200000		
46	Espiro lactona 100mg	cpr	40000		
47	Espiro lactona 25mg	cpr	60000		
48	Espiro lactona 50mg	cpr	60000		
49	Fenofibrato 250mg	cpr	5000		
50	Fluconazol 150mg	cpr	20000		
51	Furosemida 40mg	cpr	160000		
52	Glibenclamida 5mg	cpr	400000		
53	Gliclazida 30mg — liberação prolongada	cpr	400000		
54	Gliclazida 60mg — liberação prolongada	cpr	200000		
55	Hidralazina 50mg	cpr	40000		
56	Hidroclorotiazida 25mg	cpr	400000		
57	Ibuprofeno 300mg	cpr	60000		
58	Ibuprofeno 600mg	cpr	200000		
59	Isossorbida 10mg	cpr	30000		
60	Isossorbida 5mg SL	cpr	30000		
61	Ivermectina 6mg	cpr	30000		
62	Levodopa + Carbidopa 200 + 50 mg	cpr	18000		
63	Levodopa + Carbidopa 250 + 25 mg	cpr	18000		
64	Levodopa + benserazida 100 + 25 mg	cpr	18000		
65	Levodopa + benserazida 200 +50 mg	cpr	18000		
66	Levonorgestrel 0,15mg + etinilestradiol	cpr	6000		



67	Loratadina 10mg	cpr	60000		
68	Losartana 25mg	cpr	60000		
69	Losartana potássica 50mg	cpr	600000		
70	Levotiroxina sódica 25mcg	cpr	30000		
71	Levotiroxina sódica 50mcg	cpr	30000		
72	Levotiroxina sódica 100mcg	cpr	30000		
73	Levotiroxina sódica 75mcg	cpr	30000		
74	Mebendazol 100mg	cpr	24000		
75	Metformina 500mg	cpr	60000		
76	Metformina 850mg	cpr	500000		
77	Metildopa 250mg	cpr	50000		
78	Metildopa 500mg	cpr	20000		
79	Metoprolol (succinato) 100mg	cpr	24000		
80	Metoprolol (succinato) 25mg	cpr	24000		
81	Metoprolol (succinato) 50mg	cpr	24000		
82	Metronidazol 250mg	cpr	30000		
83	Nifedipino retard 20mg	cpr	6000		
84	Nimesulida 100mg	cpr	80000		
85	Omeprazol 20mg	cpr	240000		
86	Paracetamol 500mg	cpr	160000		
87	Permanganato de potássio 100mg	cpr	1800		
88	Prednisona 20mg	cpr	40000		
89	Prednisona 5mg	cpr	40000		
90	Prometazina 25mg	cpr	120000		
91	Propranolol 40mg	cpr	160000		
92	Propranolol 80mg	cx	2000		
93	Simeticona 40mg	cpr	20000		
94	Sinvastatina 20mg	cpr	240000		
95	Sinvastatina 40 mg	cpr	80000		
96	Sulf. Ferroso 40mg	cpr	160000		
97	Sulfa+ trimetoprima 400mg+80mg	cpr	40000		
98	Tiamina 300mg	cpr	24000		
99	Varfarina 5mg	cpr	24000		
TOTAL					R\$

LOTE 02 - SOLUÇÕES E CREMES

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO FORNECIMENTO	UND	QTD	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Acido fólico 0,2mg/ml	frs	2000		
2	Acido graxos essenciais, vit a, e vit e ele. 200 ml (óleo de girassol)	frs	1000		
3	Albendazol 40mg/ml	frs	6000		
4	Ambroxol xarope adulto	frs	2400		
5	Ambroxol xarope pediátrico	frs	2400		



6	Amoxicilina +ac.clavulânico 250mg/62mg/75 ml	frs	1000		
7	Amoxicilina 250 mg /60 ml	frs	6000		
8	Azitromicina 600mg 15ml susp	frs	1000		
9	Beclometasona 250 mcg/dose spray	frs	200		
10	Beclometasona 50 mcg/dose spray	frs	200		
11	Benzoato de benzila 60 ml	frs	600		
12	Bimatoprosta 0,01% 5ml	frs	30		
13	Bimatoprosta 0,03% + maleato de timolol 0,5% 5ml	frs	200		
14	Brinzolamida 10mg/ml +maleato timolol 6,8mg/ml 5ml	frs	200		
15	Brometo de fenoterol gotas 20ml	frs	1000		
16	Brometo de ipratropio gotas 20ml	frs	1000		
17	Bromoprida 4mg/ml	frs	1000		
18	Carmelose sódica, 0,5%	frs	200		
19	Cefadroxila 50mg/ml pó p/ suspensão	frs	200		
20	Cefalexina 50 mg/ml 100 ml	frs	1000		
21	Cloreto de sódio 0,9% jet kids 360°c 100ml	frs	200		
22	Cloridrato de ciprofloxacino 3,5mg/g + dexametasona 1,0 mg/g pomada oftálmica	cx	200		
23	Cloridrato de dorzolamida 2% + maleato de timolol 0,5mg	frs	200		
24	Colagenase+clorafenicol pomada 30 g	tbs	1000		
25	Complexo b gotas (polivitaminico)	frs	200		
26	Cordia verbenácea dc 5mg/g creme 60 gr	cx	10		
27	Cumarina 5mg + heparina sódica 240ml	cx	50		
28	Curativo constituído de malha de acetato de celulose impregnada com uma emulsão à base de petrolato 7,6x7,6cm	und	800		
29	Dexametasona 0,1% creme	tbs	6000		
30	Dexametasona colírio 0,1% 5ml	frs	200		
31	Dexclorfeniramina (maleato) 0,4 mg/100 ml	frs	5000		
32	Diclofenaco resinato gotas	frs	2000		
33	Dipirona 500 mg/ml 10 ml	frs	8000		
34	Domperidona suspensão oral 1mg/ ml 100 ml	frs	200		
35	Ebastina 1 mg /ml 60ml	frs	200		
36	Fluticasone furoato , microgramas 27.5 / spray	frs	200		
37	Fumarato de formoterol di-hidratado + budesonida 12 / 400mcg refil com 60 caps	cx	200		
38	Fumarato de formoterol diidratado/ budesonida 6/200 mcg refil com 60 caps	cx	200		
39	Hialuronato de sódio 0,15% - agente lubrificante e hidratante, cloreto de sódio 0,57% - agente hipo-osmótico, actinoquinol 0,2% - agente que actua como filtro uv, colírio	frs	200		



40	Hidro. Magn.40 mg/ml+ hidro. Alumínio 60 mg	frs	1000		
41	Ibuprofeno 50mg/ml	frs	6000		
42	Insulina nph	frs	2000		
43	Insulina regular	frs	2000		
44	Latanoprost colírio 2,5ml	frs	100		
45	Lidocaina 5% cx c/ 30 emplastro	cx	200		
46	Lidocaina geléia 30 g	tbo	2000		
47	Lisado ácido de timo de vitelo (equivalente a 20 mg do princípio ativo de timomodulina) 1 g excipientes: ácido cítrico monoidratado, aroma de caramelo, benzoato de sódio, corante caramelo, sorbitol e água purificada. Xarope	frs	100		
48	Loratadina susp oral 1mg/ml	frs	6000		
49	Maleato de timolol 5ml + travoprost 2,5ml 2,5 ml colírio	frs	200		
50	Mebendazol 100mg/5ml	frs	2000		
51	Medroxiprogesterona 150mg/ml	amp	400		
52	Metoclopramida 4 mg /ml sol.oral	frs	200		
53	Metronidazol 0,75% gel facial	tbs	200		
54	Metronidazol creme vaginal 5% c/5 gr	tbs	2000		
55	Miconazol 2% creme topico	tbs	1200		
56	Miconazol 2% creme vaginal	tbs	2000		
57	Moxifloxacino 0,5% c/ 5 ml	fr	100		
58	Neomicina + bacitracina 15 g	tbs	2000		
59	Nistatina + oxido de zinco	tbs	600		
60	Nistatina creme vaginal 100.000ui 60gr	tbs	6000		
61	Nistatina solução oral	frs	1000		
62	Noretisterona 50 mg/ml	amp	2400		
63	Óleo mineral 100 ml	frs	1000		
64	Paracetamol 200 mg/ml gts 15 ml	frs	10000		
65	Pasta d'água pote 100 gr	frs	1000		
66	Penicilina benzatina 5.000.00ui	amp	1000		
67	Penicilina benzatina 1.200.00ui	amp	5000		
68	Penicilina benzatina 600.00ui	amp	5000		
69	Penicilina benzatina procaina 300.000 + potássica 100.000ui + diluente	amp	2000		
70	Permetrina 1% loção	frs	1000		
71	Pivalato de fluocortolona 1mg/g + cloridrato de lidocaina 20mg /g creme retal c/ 30 g + 1 cânula	und	100		
72	Polissulfato de mucopolissacarídeo 5mg/g c/40g supositório	und	100		
73	Prednisolona, fosfato sódico de oral 1,34mg/ml	frs	1000		
74	Promestrieno 30 gr creme vaginal	und	100		
75	Sais para reidratação oral	saches	8000		



76	Senna alexandrina miller 5,8mg/g + cassia fistula 3,9/g 130g	und	100		
77	Sulf.ferroso 25mg/ml xarope c/100 ml	frs	1000		
78	Sulfadiazina de prata 30gr	bisnaga	2000		
79	Sulfadiazina de prata 400gr	frs	500		
80	Sulfametoxazol(200) +trimetropima(40) 100 ml	frs	2000		
81	Tartarato de brimonidina 0,2%	frs	200		
82	Tartarato de brimonidina 0,2%, timolol 0,5% (comb) colírio 5ml	frs	200		
83	Tiabendazol 5% creme dermatológico	frs	200		
84	Timolol (maleato) 0,5% 5ml	frs	200		
85	Travoprost 0,04 mg 2,5 ml sol.oft.	frs	200		
86	Valerato de betametasona + sulfato de gentamicina + tolnaftato + clioquinol. Creme	tbs	200		
TOTAL					R\$

LOTE 03 - MEDICAMENTOS CONTROLADOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO FORNECIMENTO	UND	QTD	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Acido valproico 250 mg/5 ml 100 ml	frs	2400		
2	Acido valproico 500 mg	cpr	40000		
3	Alprazolam 2mg c/30	cpr	6000		
4	Amitriptilina 25 mg	cpr	120000		
5	Biperideno 2 mg	cpr	60000		
6	Carbamazepina 200 mg	cpr	120000		
7	Carbamazepina 20mg/ml 100 ml	frs	1800		
8	Carbonato de lítio 300 mg	cpr	30000		
9	Carbonato de lítio 450mg	cpr	10000		
10	Citalopran 10 mg	cpr	10000		
11	Citrato de fentanila 0,0785mg/ml 10 ml	amp	2000		
12	Clomipramina 25 mg	cpr	40000		
13	Clonazepan 0,5 mg	cpr	24000		
14	Clonazepan 2 mg	cpr	60000		
15	Clonazepan 2,5 mg/ml 20 ml	frs	2000		
16	Cloridrato de bupropiona 150mg	cpr	18000		
17	Cloridrato de cetamina 50 mg/ 02mi	amp	1000		
18	Cloridrato de cetamina 50 mg/ 10mi	amp	1000		
19	Cloridrato de paroxetina 20mg	cpr	24000		
20	Cloridrato de petidina 50mg/ml	amp	600		
21	Cloridrato trazodona 150mg	cpr	12000		
22	Clorpromazina 25mg	cpr	18000		
23	Clorpromazina 100mg	cpr	90000		
24	Clorpromazina 5 mg/5 ml	amp	2000		
25	Clorpromazina solução oral 40 mg/ml	frs	1000		
26	Diazepan 10 mg	cpr	120000		
27	Diazepan 10 mg /2ml	amp	2000		



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE

CONDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

RUA ALTAMIRANDO REQUIÃO, Nº27 - CENTRO - CONDE-BA

EMAIL: adm.prefeituraconde2025@gmail.com CNPJ: 14.126.692/0001-23

28	Diazepan 5 mg	cpr	120000		
29	Divalproato de sódio 500 mg	cpr	18000		
30	Duloxetina 60mg	cpr	6000		
31	Fenitoina 100 mg	cpr	80000		
32	Fenitoina 50 mg/ml 5 ml	amp	2000		
33	Fenobarbital 200mg/ml	amp	2000		
34	Fenobarbital 40 mg/ml	frs	1000		
35	Fenobarbital 100 mg	cpr	60000		
36	Fluoxetina 20 mg	cpr	160000		
37	Gabapetina 300mg	cpr	12000		
38	Haloperidol 1 mg	cpr	40000		
39	Haloperidol 5 mg	cpr	80000		
40	Haloperidol 5 mg/1 ml	amp	2000		
41	Haloperidol c/ decanoato 70,52 mg	amp	4000		
42	Hemifumarato de quetiapina 200mg	cpr	12000		
43	Hemifumarato de quetiapina 25mg	cpr	12000		
44	Hemifumarato de quetiapina 50mg	cpr	12000		
45	Hemitartarato de Zolpidem 10mg	cpr	6000		
46	Lamotrigina 100mg	cpr	6000		
47	Lamotrigina 50mg	cpr	6000		
48	Levetiracetam 100mg/ml	frs	1000		
49	Levetiracetam 500mg	cpr	12000		
50	Levocetirizina 5mg	cpr	3000		
51	Levomepromazina 25 mg	cpr	6000		
52	Levomepromazina 100mg	cpr	12000		
53	Midazolam 2 mg/ml 10 ml	amp	500		
54	Morfina (sulfato) 10mg/ml	amp	2000		
55	Morfina (sulfato) 30 mg	cpr	12000		
56	Nitrazepan 5 mg	cpr	3000		
57	Nortriptilina 25 mg	cpr	60000		
58	Nortriptilina 50 mg	cpr	60000		
59	Olanzapina 10mg	cpr	6000		
60	Olanzapina 5mg	cpr	6000		
61	Pregabalina 150mg	cpr	18000		
62	Pregabalina 75mg	cpr	12000		
63	Quetiapina 100 mg	cpr	6000		
64	Risperidona 1 mg	cpr	120000		
65	Risperidona 1mg imi sol. Oral	frs	2000		
66	Risperidona 3 mg	cpr	90000		
67	Sertralina 100mg	cpr	40000		
68	Tioridazina 100mg	cpr	12000		
69	Tioridazina 25mg	cpr	18000		
70	Tioridazina 50 mg	cpr	10000		
71	Topiramato 100mg	cpr	12000		
72	Topiramato 25mg	cpr	12000		
73	Topiramato 50 mg	cpr	12000		
74	Tramadol 50 mg	cpr	40000		
75	Tramadol 50mg/ml	amp	1200		



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE

CONDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

RUA ALTAMIRANDO REQUIÃO, Nº27 - CENTRO - CONDE-BA

EMAIL: adm.prefeituraconde2025@gmail.com CNPJ: 14.126.692/0001-23

76	Tramadol retard 100mg	cpr	6000		
77	Zuclopentixol 200mg/1ml	amp	500		
TOTAL					R\$

LOTE 04 - MEDICAMENTOS INJETAVEIS - HOSPITAL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO FORNECIMENTO	UND	QTD	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Alteplase (rt-PA) intravenoso 50MG	amp	20		
2	Acido ascórbico 100omg	amp	8000		
3	Acido tranexamico 500 mg	amp	4000		
4	Adenosina 6mg/2ml	amp	2000		
5	Adrenalina (epinefrina) 1000	amp	4000		
6	Água destilada p/ injeção 10 ml	amp	40000		
7	Água destilada p/injeção 05 ml	amp	40000		
8	Aminofilina 24 mg/ml	amp	2000		
9	Ampicilina sódica 01 gr+diluyente	amp	2000		
10	Ampicilina sódica 500 mg+diluyente	amp	2000		
11	Anfotericina b50mg 10ml	amp	500		
12	Atropina 0,25mg	amp	1600		
13	Bicarbonato de sódio 8,4% 10 ml	amp	2000		
14	brometo de rocurônio 10mg/ml	amp	1000		
15	Brometo de Pancurônio 2mg/ml	amp	1000		
16	Cefalotina sódica 1 gr	amp	2000		
17	Cefazolina 1g	amp	1600		
18	Ceftriaxona 1 gr	amp	8000		
19	Ceftriaxona 500 mg	amp	8000		
20	Cetoprofeno 100 mg- im	amp	8000		
21	Cetoprofeno 100mg -iv	amp	4000		
22	Cimetidina 300 mg	amp	4000		
23	Ciprofloxacino 400 mg-200 ml	bol	2000		
24	Clindamicina 300 mg/02 ml	amp	2000		
25	Cloreto de potássio 19,1% -10 ml	amp	2000		
26	Cloreto de sódio 20 %	amp	2000		
27	Cloreto de Suxametonio 100mg, Pó Injetavel	amp	1000		
28	Cloreto de Suxametonio 500mg, Pó Injetavel	amp	1000		
29	Cloridrato de Dobutamina 280mg/20ml	amp	1600		
30	cloridrato de Naloxona 0,4mg/ml	amp	1600		
31	Complexo b- 2 ml	amp	8000		
32	Deslanosideo 0,2mg-2 ml	amp	1600		
33	Dexametasona 2mg/ml	amp	12000		
34	Dexametasona 4mg/ml	amp	8000		
35	Diclofenaco sodico 75 mg/3ml	amp	10000		
36	Dimenidrinato 3 mg/ml IM	amp	8000		
37	Dimenidrinato 3 mg/ml+cloridrato de piridoxina iv 5 mg/ml	amp	4000		
38	Dipirona 500 mg- 2ml	amp	40000		
39	Enoxaparina 40mg/0,4ml	amp	2000		



40	Etilefrina 10mg/ml	amp	2000		
41	Etomidato 2mg/ml	amp	1600		
42	Flumazenil 0,1mg/ml	amp	2000		
43	Furosemida 10 mg/2ml	amp	4000		
44	Gentamicina 40 mg/1ml	amp	2000		
45	Gentamicina 80 mg/1 ml	amp	2000		
46	Gliconato de cálcio 10 %	amp	2000		
47	Glicose 25% -10 ml	amp	8000		
48	Glicose 50% -10ml	amp	8000		
49	Heparina 5.000ui 0,25mg SC	amp	4000		
50	Hidralazina 20 mg/ml -1 ml	amp	4000		
51	Hidrocortisona 500 mg+diluyente	amp	4000		
52	Hidrocortisona 100 mg+diluyente	amp	4000		
53	Hioscina (butilbrometo de escopolamina)	amp	4000		
54	Hioscina +dipirona composta- 5 ml	amp	10000		
55	Imunoglobulina humana anti d 300mcg	amp	600		
56	Lidocaina 2% -20 ml s/ epinefrina	frs	4000		
57	Metilergometrina 0,2mg/ml-1ml	amp	2000		
58	Metoclopramida 5mg/ml 2ml	amp	4000		
59	Metronidazol 100ml	amp	4000		
60	Ocitocina 5.000 ui/ml	amp	3000		
61	Omeprazol 40 mg+diluyente	amp	4000		
62	Ondasetrona 4mg/2 ml	amp	8000		
63	Oxacilina 500 mg	amp	2000		
64	Penicilina cristalina 5.000 ui+diluyente	amp	2000		
65	Prometazina inj. 50mg/2ml 2ml	amp	4000		
66	Sulfato de magnésio 50%- 10 ml	amp	2000		
67	Terbutalina 0,5mg/ml	amp	2000		
68	Vitamina k(fitomenadiona) 10 mg/ml	amp	2000		
TOTAL					R\$

LOTE 05 - PENSO					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO FORNECIMENTO	UND	QTD	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Abaixador, de língua, espátula em madeira	pct	600		
2	Absorvente desc. Para uso adulto, para incontinência. Com 20 unid	pct	400		
3	Agulha descartável 13x3,3	cpr	800		
4	Agulha descartável 13x4,5	cpr	1200		
5	Agulha descartável 20x5.5	cpr	1200		
6	Agulha descartável 25x7	cpr	1200		
7	Agulha descartável 25x8	cpr	1200		
8	Agulha descartável 30x7	cpr	1200		
9	Agulha descartável 30x8	cpr	1200		
10	Agulha descartável 40x12	cpr	1000		
11	Avental descartável manga longa c/10	pct	4000		
12	Bio kit/drenagem tórax 3.6 mm 2.000ml	pct	40		



13	Bolsa coletora de urina -2.000 ml	und	4000		
14	Bolsa coletora estéril para drenagem de urina	und	4000		
15	Bolsa para colostomia drenável entre 40mm a 80mm	und	2000		
16	Caixa coletora perfuro cortante 13 lt	cpr	3000		
17	Caixa coletora perfuro cortante 20 lt	cpr	1000		
18	Caixa coletora perfuro cortante 3 lt	cpr	3000		
19	Caixa coletora perfuro cortante 7 lt	cpr	5000		
20	Campo fenestrado 45x50	und	200		
21	Cânula endotraqueal n. 3.5 c/ cuff	und	2000		
22	Cânula endotraqueal n. 4.5 c/ cuff	und	2000		
23	Cânula endotraqueal n. 5.0 c/ cuff	und	2000		
24	Cânula endotraqueal n. 5.5 c/ cuff	und	2000		
25	Cânula endotraqueal n. 6.0 c/ cuff	und	1600		
26	Cânula endotraqueal n. 7.5 c/ cuff	und	1600		
27	Cânula endotraqueal n.6.5 c/ cuff	und	1600		
28	Carvão ativado 25g	pct	200		
29	Cat gut cromado n 4-0c /24 c/ ag 2cm	cx	50		
30	Cat gut simples 2-0 c/ 24 c/ ag 3cm	cx	50		
31	Cat gut simples 3-0 c/ 24 c/ ag c/3cm	cx	50		
32	Cat gut simples 5-0 c/ 24 3 cm c/24	cx	50		
33	Cateter intra venoso gelco n. 14	und	4000		
34	Cateter intra venoso gelco n. 16	und	4000		
35	Cateter intra venoso gelco n. 18	und	4000		
36	Cateter intra venoso gelco n. 20	und	4000		
37	Cateter intra venoso gelco n. 22	und	4000		
38	Cateter intra venoso gelco n. 24	und	4000		
39	Cateter nasal oxigênio n 06 siliconizado em pvc	und	3000		
40	Cateter nasal oxigênio n 08 siliconizado em pvc	und	3000		
41	Cateter nasal oxigênio n 10 siliconizado em pvc	und	3000		
42	Cateter nasal oxigênio n 12 siliconizado em pvc	und	3000		
43	Cateter tipo óculos com 100	cx	60		
44	Clamp umbilical	und	4000		
45	Cobertor Térmico de Emergência (Aluminizado)	und	1200		
46	Colar cervical tam g	und	300		
47	Colar cervical tam m	und	300		
48	Colar cervical tam p	und	300		
49	Colchão caixa de ovo	und	60		
50	Coletor universal estéril 80ml	und	2000		
51	Coletor universal não estéril 80ml	und	10000		
52	Compressa cirúrgica 23x25	pct	400		
53	Compressa cirúrgica 45x50	pct	400		



54	Compressa de gases estéril 7,5x7,5 13 fios c/10 und	pct	40000		
55	Compressa de gaze 7.5cm x 7.5cm 13 fios c/500 und	pct	8000		
56	Detector fetal portátil digital com bateria recarregável	und	100		
57	Dreno de penrose, estéril n 02	und	200		
58	Dreno de penrose, estéril n 03	und	200		
59	Eletrodo Descartavel para Eletrocardiograma	pct	1000		
60	Equipo macro c/ injetor lateral	und	20000		
61	Equipo macro gotas	und	40000		
62	Equipo micro gotas	und	10000		
63	Equipo micro gotas c/ ejetor lateral	und	5000		
64	Escovinha cervical	pct	400		
65	Esparadrapo 10x4.5m impermeável	rols	1600		
66	Espátula ayres c/100	pct	400		
67	Fio Guia 14mm	un	1000		
68	Fio nylon 1.0 c/ag.cx c/24	cx	100		
69	Fio nylon 2.0 c/ag.cx c/24	cx	100		
70	Fio nylon 3.0 c/ag.cx c/24	cx	100		
71	Fio nylon 4.0 c/ag.cx c/24	cx	100		
72	Fio nylon 5.0 c/ag.cx c/24	cx	100		
73	Fio nylon 6.0 c/ag.cx c/24	cx	100		
74	Fita adesiva crepe 19 mmx50	und	1000		
75	Fita para autoclave	und	1000		
76	Fluxometro de oxigenio com/ valvula reguladora de 0 a 15 lpm	und	100		
77	Fralda descartável geriátrica com barreira antivazamento e gel superabsorvente tam - g	pct	3000		
78	Fralda descartável geriátrica com barreira antivazamento e gel superabsorvente tam - m	pct	2400		
79	Fralda descartável geriátrica com barreira antivazamento e gel superabsorvente tam - p	pct	1600		
80	Fralda descartável geriátrica com barreira antivazamento e gel superabsorvente tam - xg	pct	2000		
81	Fralda descartável pacotão infantil hiper c/52 tamanho xg	pct	800		
82	Fralda descartável pacotão infantil hiper c/60 tamanho g	pct	800		
83	Fralda descartável pacotão infantil hiper c/68 tamanho m	pct	800		
84	Garrote elástico para punção com trava - adulto	und	600		
85	Gel condutor para ultrasson –galão c/ 5 litros	gls	400		
86	Gel p/eletrocardiograma 1litros	lt	200		
87	Gorro descartável pac c/ 100	pct	1000		
88	Imobilizador de cabeça adulto (head block)	und	40		
89	Imobilizador de cabeça infantil (head block)	und	40		



90	Indicador biológico, cx com 10 unid	cx	100		
91	Kit nebulização adulto, taxa de nebulização até 8ml por minuto	und	1000		
92	Kit nebulização infantil, taxa de nebulização de até 10ml por minuto	und	1000		
93	Lamina de bisturi nº 21 cx/ 100	cx	500		
94	Lamina de bisturi nº 15 cx c/ 100	cx	400		
95	Lamina fosca para preventivo cx c/ 50	cx	600		
96	Lençol descartável 70 x 50 cm	rolos	3000		
97	Lençol descartável, pac c/ 10 und elástico	rolos	800		
98	Luva de procedimento tam. G cx c/ 100 pares	cx	7000		
99	Luva de procedimento tam. M cx c/ 100 pares	cx	10000		
100	Luva de procedimento tam. PP cx/100 pares	cx	9000		
101	Luva de procedimento tam.. P cx c/ 100 pares	cx	9000		
102	Luva estéril nº 8.0	par	5000		
103	Luva estéril nº 7.0	par	5000		
104	Luva estéril nº 7.5	par	5000		
105	Mascara descartável cx c/ 50 und elástico	cx	15000		
106	Mascara n95	und	16000		
107	Mascara venturi	und	1200		
108	Oxímetro de dedo portátil	und	500		
109	Papel eletrocardiograma cardiocare 2000 (ekg2.000)	rolos	1000		
110	Papel kraft resistente a alta temperatura 50 metros	rolos	60		
111	pás do desfibrilador adulto	par	100		
112	pás do desfibrilador Infantil	par	100		
113	Prancha curta	und	20		
114	Prancha longa	und	20		
115	Preservativo s/ lubrificante p/ ultrasson cx /144	cx	200		
116	Propé descartável pac c/ 100 und	pct	200		
117	Ressuscitador (ambú) c/ bolsa e reserv. / neo	und	200		
118	Ressuscitador c/ bolsa e reserv. / adulto	und	200		
119	Ressuscitador c/ bolsa e reserv. / infantil	und	200		
120	Seringa desc 20ml, s / agulha	und	80000		
121	Seringa desc 60ml, s / agulha	und	40000		
122	Seringa desc. 3ml, s / agulha	und	100000		
123	Seringa desc. 5ml, s / agulha	und	100000		
124	Seringa desc.10ml, s / agulha	und	100000		
125	Seringa descartável 1 ml c/ag 13 x 4,5	und	80000		
126	Agulha múltipla p/ coleta de sangue 25x7 c/100	cx	400		
127	Agulha múltipla p/ coleta de sangue 25x8 c/100	cx	600		
128	Algodão hidrofílico 250 gr	rolos	4000		
129	Algodão hidrofílico 500 gr	rolos	2000		
130	Algodão ortopédico 15cm	pct	600		



131	Almotolia vazia branca 250 ml	cx	600		
132	Almotolia vazia escura 250 ml	cx	600		
133	Atadura crepom 10cm x 4,5m 13 fios c/12	pct	8000		
134	Atadura crepom 15cm x 4,5m 13 fios c/12	pct	8000		
135	Atadura crepom 20cm x 4,5m 13 fios c/12	pct	8000		
136	Atadura crepom 30cm x 4,5m 13 fios c/12	pct	4000		
137	Atadura gessada 10 cm c/20	cx	1000		
138	Atadura gessada 15 cm c/20	cx	800		
139	Atadura gessada 20 cm c/20	cx	600		
140	Especulo vaginal descartável " m " lubrificado	und	24000		
141	Especulo vaginal descartável " p " lubrificado	und	24000		
142	Especulo vaginal descartável "g" lubrificado	und	24000		
143	Papel grau cirúrgico 10x100cm	rolos	600		
144	Papel grau cirúrgico 12x100cm	rolos	500		
145	Papel grau cirúrgico 15x100cm	rolos	600		
146	Papel grau cirúrgico 17x100cm	rolos	900		
147	Papel grau cirúrgico 20x100cm	rolos	800		
148	Papel grau cirúrgico 25x100cm	rolos	600		
149	Papel grau cirúrgico 30x100cm	rolos	400		
150	Papel grau cirúrgico 35x100cm	rolos	1000		
151	Papel grau cirúrgico 40x100cm	rolos	800		
152	Papel grau cirúrgico 45x100cm	rolos	600		
153	Scalp n ° 25	und	20000		
154	Scalp n ° 27	und	20000		
155	Scalp n° 19	und	20000		
156	Scalp n° 21	und	20000		
157	Scalp n° 23	und	20000		
158	Sonda de aspiração traqueal n. 06	und	800		
159	Sonda de aspiração traqueal n. 08	und	1200		
160	Sonda de aspiração traqueal n. 10	und	1200		
161	Sonda de aspiração traqueal n. 12	und	1000		
162	Sonda de aspiração traqueal n. 14	und	800		
163	Sonda de aspiração traqueal n. 16	und	800		
164	Sonda de aspiração traqueal n.18	und	400		
165	Sonda de foley n. 08 c/ 2 vias	und	1200		
166	Sonda de foley n. 10 c/ 2 vias	und	1200		
167	Sonda de foley n. 12 c/ 2 vias	und	1200		
168	Sonda de foley n. 14 c/ 2 vias	und	1200		
169	Sonda de foley n. 16 c/ 2 vias	und	1200		
170	Sonda de foley n. 18 c/ 2 vias.	und	1200		
171	Sonda de foley n. 20 c/ 2 vias	und	1200		
172	Sonda enteral n. 06 c/ fio guia	und	200		
173	Sonda enteral n. 08 c/ fio guia	und	200		
174	Sonda enteral n. 10 c/ fio guia	und	200		
175	Sonda enteral n. 12 c/ fio guia	und	200		
176	Sonda nasogastrica longa n. 08	und	1000		
177	Sonda nasogastrica longa n. 12	und	1000		



178	Sonda nasogastrica longa n. 14	und	1000		
179	Sonda nasogastrica longa n. 16	und	1000		
180	Sonda uretral n. 08	und	20000		
181	Sonda uretral n. 10	und	20000		
182	Sonda uretral n. 12	und	40000		
183	Sonda uretral n. 14	und	8000		
184	Sonda uretral n. 16	und	8000		
185	Tensiômetro completo adulto	und	400		
186	Tensiômetro completo obeso	und	80		
187	Termômetro digital p/ temperatura	und	400		
188	Fio Guia 6mm	und	300		
189	Bio kit/drenagem tórax 2,2 mm 2.000ml	pct	40		
190	Fralda descartável pacotão infantil hiper tamanho p	pct	800		
TOTAL					R\$

LOTE 06 - SOROS E SOLUÇÕES

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO FORNECIMENTO	UND	QTD	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Água destilada 5.000 ml	gl	2000		
2	Água oxigenada 1000 ml	lt	2000		
3	Álcool a 70% 1000ml	lt	10000		
4	Álcool a 70% gel 5 litros	gl	500		
5	Álcool a 99% 1000 ml(absoluto)	lt	1000		
6	Álcool iodado 1% 1000 ml	lt	4000		
7	Clorexetina sol. Alcoólica 0,5% 1000 ml	lt	4000		
8	Detergente enzimático 3 enzimas 5000ml	gl	600		
9	Éter 1.000 ml	lt	2000		
10	Glicerina 12% 500 ml	amp	2000		
11	Glutaraldeido 28 dias gl c/ 5.000 ml	gl	500		
12	Hipoclorito 1% gl c/ 5.000	gl	4000		
13	Lugol 2% fr. C/ 1.000ml	lt	500		
14	Povidine alcoólica 1000ml	lt	1000		
15	Povidine degermante 1000ml	lt	1000		
16	Povidine tópico 1000ml	lt	1000		
17	Ringer c/lactato 500ml sist.fechado	amp	10000		
18	Ringer sem / lactato 500ml sist.fechado	amp	10000		
19	Solução de manitol 20% fr.c/250ml sist.fechado	amp	5000		
20	Solução de manitol 20% fr.c/500ml sist.fechado	amp	7000		
21	Soro fisiológico 0,9% 1000ml sist.fechado	amp	40000		
22	Soro fisiológico 0,9% 100ml sist.fechado	amp	20000		
23	Soro fisiológico 0,9% 250ml sist.fechado	amp	40000		
24	Soro fisiológico 0,9% 500ml sist.fechado	amp	60000		
25	Soro glico-fisiológico 1:1 500ml sist.fechado	amp	40000		
26	Soro glicosado 5% 100ml sist.fechado	amp	20000		



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE

CONDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

RUA ALTAMIRANDO REQUIÃO, Nº27 - CENTRO - CONDE-BA

EMAIL: adm.prefeituraconde2025@gmail.com CNPJ: 14.126.692/0001-23

27	Soro glicosado 5% 250ml sist.fechado	amp	10000		
28	Soro glicosado 5% 500ml sist.fechado	amp	16000		
29	Vaselina liquida fr.c/1000ml	lt	2000		
TOTAL					R\$

LOTE 07 - INSUMOS PARA DIABETES					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO FORNECIMENTO	UND	QTD	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Aparelho glicemia compatível com as fitas deste lote, item 2.	und	4000		
2	Fita de glicemia capilar c/50 und compatível com o aparelho de glicemia deste lote, item 1.	cx	10000		
3	Lancetas Automatica 23G para glicemia c/100	cx	5500		
4	Seringa 1ml c/a 13x4,5	und	100000		
TOTAL					R\$

VALOR TOTAL DA PROPOSTA:

Cidade, ____ de _____ de 20XX.

(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa).

OBS: Nos termos do instrumento convocatório, deverá ser apresentada, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposição do artigo 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO DE XXXXXXXXX

PREFEITURA MUNICIPAL DE XXXXXX

(Processo Administrativo nº ____/2026)

Termo de Contrato de prestação de serviços que entre si fazem o **MUNICÍPIO**



DE XXXXXXXX e a Empresa
XXXXXXXXXX.

O Município de XXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXXXXXXXXXX, na cidade de XXXXXXXXXXXXXXXX /Estado BA inscrito(a) no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representado(a) pelo(a) XXXXXXXXXXXXX (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº XX, de XX de XXXX de 20XX, publicada no DOU de XX de XXXXXX de 202X, portador da Matrícula Funcional nº XXXXXX, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) XXXXXXXXXXXXX, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXX, sediado(a) na XXXXXXXXXXXXXXXX, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por XXXXXXXXXXXXX (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº XXXX e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 0XX/20XX e Processo Administrativo 0XX/20XX**, Tipo **MENOR PREÇO/ XXXXX**, que se regerá pelas suas normas, pela Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, e pelas demais disposições pertinentes.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é o Registro de preço para futura e eventual aquisição de medicamentos, insumos e materiais médico-hospitalares do componente básico, média e alta complexidade da assistência farmacêutica e curativos especiais e insumos para monitoramento glicêmico para atender as necessidades das diversas unidades da secretaria de saúde do Município de Conde - Bahia.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Termo de Referência, Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, à proposta vencedora e eventuais anexos dos documentos supracitados; independentemente de transcrição.

1.3. Tabela da prestação do serviço:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
1				
2				
VALOR TOTAL				R\$

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de XXXX contados do(a) XXXXXXXXXXXX, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (art. 92, IV)

3.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pelo CONTRATADO, os materiais que serão empregados são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.



4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, e das sanções aplicáveis, dentre outros.

5.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

5.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

5.7.1. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

5.7.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

5.7.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

5.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

5.7.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

5.7.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

5.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário:

5.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

5.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

5.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

5.9.2. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.



5.10. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

5.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

5.12. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA – PREÇO

6.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

7.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.1.4. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.2.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.2.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo não superior a 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao CONTRATADO, por escrito, as respectivas correções;

7.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.4.4. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos ou outro indicado para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.



7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **XX (XXXXX)** dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.11. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta própria do Município, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.12. A Administração deverá: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.13. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **XX (XXXXX)** dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **XXXX (indicar o índice)** de correção monetária.



Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1. Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e Contribuição para os Programas de Integração Social e Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), na forma da Instrução Normativa RFB nº1.234 de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

7.21.2. Contribuição previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971 de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e,

7.22.3. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação pertinente.

7.21.3. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em / / .

8.1.1. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **XXXXXXX** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. CLÁUSULA NONA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de **20XX**, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

9.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.



10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DO CONTRATADO

10.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE: (art. 92, X, XI e XIV)

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais, seus anexos e os termos de sua proposta;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- d) Notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas
- e) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- f) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- g) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- h) Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- i) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- j) A Administração terá o prazo de 30 (trintas) dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- k) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- l) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- m) Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- n) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.2. Constituem obrigações do CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII):

- a) O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- b) Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- c) A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);
- e) Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;



- f) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- h) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- i) O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- j) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- k) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- l) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- m) Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- n) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- o) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- p) Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- q) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- r) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- s) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- t) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- u) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- v) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;



w) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

- (1) moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (.....) dias;
- (2) compensatória de% (..... por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)



13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13.12. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA sem a quitação das multas aplicadas em definitivo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

14.4. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.5. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.6. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.7. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

14.8. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.8.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

14.8.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.8.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.9. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.9.3. Indenizações e multas.

14.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – VEDAÇÕES

15.1. É vedado ao CONTRATADO:

15.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

15.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 124 e 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



16.3.Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1.Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, **segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.**

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1.Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA– FORO

19.1.Fica eleito o Foro da Comarca de XXXXXX, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

19.2.Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

XXXXXXXX - BA, __ de ____ de 20XX.

SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXXXXXXXXXXX - BAHIA
REPRESENTANTE – SECRETÁRIO(A)
ORDENADOR DE DESPESAS
CONTRATANTE

EMPRESA
REPRESENTANTE - XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE/BA
PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº XXX/2026
(Processo Administrativo nº XXX/2026)

ATA – SRP Nº XXX/2026

O MUNICÍPIO DE CONDE, com sede no(a) Praça Altamirando Requião, nº 27, centro, na cidade de Conde/Estado Bahia, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 14.126.692/0001-23, neste ato representado pelo Sr. José Anísio Almeida de Oliveira, inscrito(a) no CPF nº XXXXXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade nº XXXXXXXXXXX, acompanhado pelo(a) SECRETÁRIA MUNICIPAL DE XXXXXXXXXXX, Sr. XXXXXXXXXXX, inscrito no Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o nº XXXXXXXXXXX, nomeado(a) pela decreto nº 071/2025, publicada no DOM de 02 de janeiro de 2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para Registro de Preços nº XXX/2026, Processo Administrativo nº XXX/2026, RESOLVE registrar os preços da empresa XXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, com sede na XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob nº. XXXXXXXXXXXX, neste ato representado(a) por XXXXXXXXXXXX, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações, no Decreto Municipal nº 57/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:



1. DO OBJETO

1.1 Registro de preço para futura e eventual aquisição de medicamentos, insumos e materiais médico-hospitalares do componente básico, média e alta complexidade da assistência farmacêutica e curativos especiais e insumos para monitoramento glicêmico para atender as necessidades das diversas unidades da secretaria de saúde do Município de Conde - Bahia.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1				
2				
3				
...				

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

3.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

3.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

3.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 3.1.

Dos limites para as adesões

3.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.



3.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

3.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

3.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

3.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, renovando os quantitativos de origem, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.



4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.11. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

4.11.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.11.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.12. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.



6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.



7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos nos itens 4.7 e 4.8.

7.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens. PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE/BA Praça Altamirando Requião - Centro Cep: 48.300-000 - Conde-BA. Telefone: 75 3429-1214.

7.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 7.2.2.

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do item 7.1.3.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.



9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. REVISÃO E CANCELAMENTO

10.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

10.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

10.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

10.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

10.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

10.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

10.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

10.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

10.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

10.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

10.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

10.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

10.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

10.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

10.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa. PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE/BA, Praça Altamirando Requião - Centro Cep: 48.300-000 - Conde-BA. Telefone: 75 3429-1214.



10.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

10.9.1. por razão de interesse público; ou

10.9.2. a pedido do fornecedor.

11. DAS PENALIDADES

11.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

11.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

11.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

11.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer descumprimento do fornecedor, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

13. CONDIÇÕES GERAIS

13.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

13.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/21. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Conde/BA, ____ de _____ de 20XX.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE/BA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE XXXXXXXXXX

EMPRESA: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DO(S) FORNECEDOR(S) REGISTRADO(S)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE
CONDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RUA ALTAMIRANDO REQUIÃO, Nº27 - CENTRO - CONDE-BA
EMAIL: adm.prefeituraconde2025@gmail.com CNPJ: 14.126.692/0001-23

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/20XX

MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO – MENOR PREÇO XXXXXXXXX

_____(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE), _____(CNPJ Nº), sediada no
(a) _____
(ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da lei, que cumpre, plenamente, os requisitos exigidos no
procedimento licitatório referenciado.



Igualmente, declaramos sob as penas da lei, que nossos diretores, responsáveis legais e técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Administração Pública, bem como nossa Empresa não está incursa em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da licitação referenciada.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Cidade, ____ de _____ de 20XX.

(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa).

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CARGOS RESERVADOS PREVISTO EM LEI

_____(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE), _____(CNPJ Nº),
sediada no (a)_____ (ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da lei, que a empresa possui a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE
CONDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RUA ALTAMIRANDO REQUIÃO, Nº27 - CENTRO - CONDE-BA
EMAIL: adm.prefeituraconde2025@gmail.com CNPJ: 14.126.692/0001-23

Cidade, ____ de _____ de 202X.

(nome, carimbo, e assinatura do responsável legal da empresa).

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, OU COOPERATIVA ENQUADRADA NO ARTIGO 34 DA LEI Nº 11.488, DE 2007.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/20XX

MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO – MENOR PREÇO XXXXXX

DECLARO, sob as penas da Lei, em atendimento ao Edital do **Pregão Eletrônico nº XXX/20XX**, promovido pela PREFEITURA DE MUNICIPAL DE XXXXXXXX, marcado para às **XX:00** horas do dia **XX/XX/20XX**, que a empresa (nome completo) – CNPJ n.º _____, com sede (ou domicílio) no (endereço completo), por mim representada, atende os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, em especial quanto ao seu art. 3º.

Cidade, ____ de _____ de 20XX.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE
CONDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RUA ALTAMIRANDO REQUIÃO, Nº27 - CENTRO - CONDE-BA
EMAIL: adm.prefeituraconde2025@gmail.com CNPJ: 14.126.692/0001-23

(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).

ANEXO VII

**MODELO DECLARAÇÃO DA LICITANTE DE CUMPRIMENTO AO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO
FEDERAL (ART. 68, INCISO VI, DA LEI 14.133/2021).**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/20XX

MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO – MENOR PREÇO XXXXXXXXXXXXX

A signatária _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu
responsável legal _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF



nº _____, declara par aos devidos fins do disposto no art. 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

Sim()

Não ()

Cidade, ____ de _____ de 20XX.

(nome, carimbo, e assinatura do responsável legal da empresa).

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DA LICITANTE DE QUE A PROPOSTA ECONÔMICA COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS (art. 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021).

PROCESSO LICITATÓRIO **Nº XXX/20XX**

MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO – MENOR PREÇO **XXXXXXXXXXXXX**

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu responsável legal _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, declara par aos devidos fins do disposto no art. 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que sua proposta



econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Cidade, ____ de _____ de 20XX.

(nome, carimbo, e assinatura do responsável legal da empresa).

ANEXO IX DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA], pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº [____], com sede na [ENDEREÇO COMPLETO], por meio de seu representante legal [NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE], portador(a) do CPF nº [____] e RG nº [____], DECLARA, sob as penas da lei, em atendimento ao Edital n.º [____], do [NOME DO ÓRGÃO], que:

1. Não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, conforme previsto no inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/21;
2. Não se encontra suspensa ou impedida de participar de licitações ou firmar contratos com nenhum ente público;
3. Não incorre em qualquer fato impeditivo atual à habilitação neste certame, e compromete-se a informar qualquer evento superveniente que possa alterar sua capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal ou econômico-financeira, conforme § 2º do art. 32 da Lei 8.666/93 e dispositivos correlatos da Lei 14.133/21;
4. Declara que, se for requerida reabilitação administrativa, atenderá aos requisitos legais, incluindo eventual implantação de programa de compliance, nos termos do art. 163 da Lei 14.133/21.

[Cidade] – [UF], [dia] de [mês] de [ano].



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE
CONDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

RUA ALTAMIRANDO REQUIÃO, Nº27 - CENTRO - CONDE-BA
EMAIL: adm.prefeituraconde2025@gmail.com CNPJ: 14.126.692/0001-23

Assinatura e carimbo da empresa
Representante legal – nome completo / CPF / cargo